



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

CAROLINA MERCÊS ROCHA MOREIRA

A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA A
DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO
DEL-REI: UMA EXPERIÊNCIA DE EXPANSÃO NO ENSINO
SUPERIOR

RIO DE JANEIRO

2015

CAROLINA MERCÊS ROCHA MOREIRA

A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA A
DISTÂNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO
DEL-REI: UMA EXPERIÊNCIA DE EXPANSÃO NO ENSINO
SUPERIOR

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito à obtenção do título de Mestre em
Educação.

Orientador: José Jairo Vieira

RIO DE JANEIRO

2015

**A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI:
UMA EXPERIÊNCIA DE EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR**

CAROLINA MERCÊS ROCHA MOREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora

**Prof. Dr. José Jairo Vieira - Orientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

**Profa. Dra. Daniela Patti do Amaral – Avaliadora Interna
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

**Profa. Dra. Andréa Lopes da Costa Vieira – Avaliadora Externa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

**Profa. Dra. Edlaine Campos Gomes– Suplente Externa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**

**Profa. Dra. Rosana Rodrigues Heringer - Suplente Interna
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

AGRADECIMENTOS

Ao Jairo, meu orientador, pelo incentivo, sabedoria, paciência e pelo apoio que representou desde o meu ingresso neste curso.

Aos colegas e professores do mestrado com os quais o convívio enriqueceu-me científica e humanamente.

À Solange, secretária do mestrado, pelo apoio, amizade e companheirismo nas horas mais difíceis durante minha trajetória na cidade do Rio de Janeiro.

À minha família, que soube conviver com as minhas ausências, de forma especial à minha Mãe, responsável por minha escolha na área da educação e apoio incondicional para que eu entrasse e chegasse até o fim do mestrado.

RESUMO

Diante do atual cenário educacional buscou-se realizar um estudo a respeito da política de expansão para o ensino superior no Brasil, no sentido de verificar até que ponto a Educação a Distância da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) tem se configurado como instrumento de expansão, acesso e permanência a esse nível de ensino. Esse estudo visou, principalmente, investigar de que forma o curso de Pedagogia a distância da UFSJ caracterizou-se como uma política de expansão para o ensino superior e em que contexto se deu a sua implantação e quais tensões ou adequações institucionais permearam a sua implementação. Para o alcance desse objetivo realizou-se um estudo bibliográfico voltado para a temática em questão, além da análise de documentos relativos à implantação e implementação do curso. Para respaldar as informações obtidas no estudo bibliográfico e na análise documental também foram realizados levantamentos e coleta de dados por meio de trabalho de campo, no qual através da pesquisa participativa realizou-se observações sistemáticas, e entrevistas semiestruturadas com profissionais do curso de Pedagogia. Com isso, foi possível, pela análise das informações obtidas com os diversos atores do processo (coordenadores, professores e tutores), bem como dos documentos fazer um mapeamento dos elementos que constituíram a política de implantação do curso de Pedagogia a distância da UFSJ, bem como levantar dados que respaldam a implementação do curso na instituição enquanto uma política educacional inclusiva. Os principais autores utilizados no curso foram Leher (2010), Shiroma (2011), Dias Sobrinho (2010), Alonso (2010), Belloni (2012), Moran (2002, 2006), Chauí (2003). As principais considerações apontam para a constatação de que a EAD vem se consolidando enquanto política pública de expansão do ensino superior e reafirmam a relevância do curso de Pedagogia a distância da UFSJ enquanto espaço de formação de profissionais da educação básica.

Palavras-Chave: Expansão do Ensino; Ensino Superior; Educação a Distância, Políticas Públicas de Educação

ABSTRACT

In today's educational landscape sought to conduct a study regarding the expansion policy for higher education in Brazil, in order to verify to what extent the Distance Education, Federal University of São João del-Rei (UFSJ) has been set to expansion tool, access and permanence to that level of education. This study was designed primarily to investigate how the Faculty of Education at a distance of UFSJ was characterized as a policy of expansion in higher education and in what context was given to its implementation and what tensions or institutional adjustments permeated its implementation. To achieve this goal we carried out a bibliographic study on the subject in question, as well as analysis of documents concerning the establishment and implementation of the course. To support the information obtained in the bibliographic study and document analysis were also conducted surveys and data collection through field work, which through participatory research was carried out systematic observations and semi-structured interviews with Faculty of Education professionals . Thus, it was possible for the analysis of the perceptions of the various actors of the process (engineers, teachers and tutors) and the documents to map the elements that constituted the Faculty of Education's policy of setting up the distance of UFSJ and up data that support the implementation of the course at the institution while an inclusive education policy. The main authors used the course were Leher (2010), Shiroma (2011), Dias Sobrinho (2010), Alonso (2010), Belloni (2012), Moran (2002, 2006), Chauí (2003). The main considerations point to the fact that distance education has been consolidated as a public policy of expansion of higher education and reaffirm the importance of the Faculty of Education at a distance of UFSJ as professionals of basic education training space.

Keywords: Expansion; Higher Education; Distance Education, Public Education Policies

LISTA DE SIGLAS

- ABRAD – Anuário Brasileiro Estatístico de Educação a Distância
- ANFOP – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
- ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- DAMAE - Departamento de Autônomo Municipal de Água e Esgoto
- DTs – Dissertações e teses
- EAD – Educação a Distância
- ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- ETAs – Estações de Tratamento de Água
- FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
- FUNREI – Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei
- GTs – Grupos de Trabalho
- IFES – Institutos Federais de Ensino Superior
- IUVB – Instituto Universidade Virtual Brasileiro
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- MEC – Ministério da Educação
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- NEAD – Núcleo de Educação a Distância
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- PAR – Plano de Ações Articuladas

PDE – Plano de Desenvolvimento da Escola

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PROFORMAÇÃO – Programa de Formação de Professores em Exercício

PROINFO – Programa Nacional de Tecnologia Educacional

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SCNES – Secretaria de Saúde

SEB – Secretaria de Educação Básica

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEED – Secretaria de Educação a Distância

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINEAD – Sistema Nacional de Educação a Distância

SUS – Sistema Único de Saúde

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. O Estado da Arte sobre Expansão de EAD no Brasil: o que dizem as pesquisas.....	15
1.1. As contribuições das dissertações e teses sobre expansão e ead.....	15
1.2. GTs da ANPED e Periódicos: números a se analisar.....	24
2. Expansão do Ensino Superior no Brasil: as contribuições da Educação a Distância.....	34
2.1. Expansão do Ensino Superior: Um breve histórico.....	34
2.2. As políticas de expansão do Ensino Superior no Brasil.....	39
2.3. A Educação a Distância no contexto da Expansão do Ensino Superior.....	43
3. UFSJ e o curso de Pedagogia a Distância.....	51
3.1. Cidade.....	51
3.1.1 Histórico.....	51
3.1.2 Economia.....	55
3.1.3 Educação.....	57
3.1.4 Saúde.....	64
3.2. Histórico e estrutura da Universidade Federal de São João del-Rei.....	67
3.3. O NEAD/UFSJ no contexto das Políticas de Expansão: a implantação do Curso de Pedagogia a distância da UFSJ.....	70
3.4 A implantação do curso de Pedagogia a Distância da UFSJ.....	73
3.4.1 Da organização Curricular do curso de Pedagogia.....	75
3.4.2 Dos profissionais envolvidos.....	77

4. Método, Exposição e Análise dos Resultados.....	80
4.1. Do Método.....	80
4.2. Dos Instrumentos.....	81
4.3. Da Entrevista Semi-Estruturada.....	82
4.4. Da Análise dos resultados.....	83
4.4.1 Análise das respostas das entrevistas.....	84
4.4.1.1 Percepção de Professores e Tutores.....	84
4.4.1.1.1 Questão 1.....	84
4.4.1.1.2 Questão 2.....	87
4.4.1.1.3 Questão 3.....	91
4.4.1.1.4 Questão 4.....	93
4.4.1.1.5 Questão 5.....	95
5. Considerações Finais.....	99
6. Referências.....	103
7. Anexos.....	110

Introdução

O século XXI iniciou-se demarcado por um intenso progresso tecnológico, o que veio determinar mudanças no comportamento da sociedade em geral. A era da informática estabeleceu-se no cenário mundial, o que tem levado os atores sociais a uma busca constante de adaptações aos novos rumos das relações que se estabelecem na sociedade.

As novas exigências colocadas pelo mercado de trabalho, sobretudo as que dizem respeito a um nível maior de escolaridade, vêm refletir na educação brasileira, realçando a insuficiência da formação superior no Brasil, sendo este um dos fatores que leva ao aumento das desigualdades sociais.

Essa desigualdade existente na sociedade reflete-se na exclusão escolar e negação dos direitos de escola para todos, estes ocasionados por quaisquer fatores que impossibilitem esse acesso, mostrando a necessidade de uma reformulação de estratégias educacionais, traduzidas em políticas públicas.

No que diz respeito à formulação de políticas públicas educacionais mais recentes, o período fértil para que as mesmas fossem alavancadas estruturou-se na década de 90 e, com o impulso da globalização econômica, mudanças substantivas ocorreram no panorama social mundial, gerando consequências e implicações para a educação.

Nessa direção, várias ações foram realizadas nos últimos anos com objetivo de melhorar e expandir a educação superior no Brasil, destacando-se entre elas a Educação a Distância. Essas iniciativas que visam propiciar maior acesso da população ao ensino no país acabam se traduzindo em políticas de expansão.

Dessa forma, a Educação a Distância (EaD), tem representado uma política pública educacional que trouxe possibilidades de se incluir socialmente uma parcela da população que se encontrava impossibilitada de iniciar ou prosseguir seus estudos.

A EaD, efetiva-se, também, com base nas oportunidades de apropriação social das tecnologias de comunicação e informação de um mundo globalizado. O trabalho educativo com um público-alvo diversificado, por meio das ferramentas digitais, estabelece a ruptura de isolamento a que muitas pessoas vivem devido a extensão territorial, ao tempo e às desigualdades de oportunidades.

Neste contexto é que foi criado o curso de Pedagogia a distância na Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, que se constitui objeto deste projeto de pesquisa de mestrado, cujo objetivo é investigar as suas tensões e as adequações institucionais necessárias para sua implantação e implementação, sobretudo na busca de respostas para as seguintes questões:

Quais foram as principais tensões e adequações institucionais para a implementação do curso de Pedagogia a distância da UFSJ?

- O curso de Pedagogia a distância da UFSJ caracteriza-se como uma política de expansão para o ensino superior?
- Em que contexto se deu a implantação?
- Como se deu a mobilização institucional para a elaboração do projeto pedagógico do curso?
- De que forma essa política de expansão tem se concretizado no desenvolvimento do curso?
- Qual é o perfil (socioeconômico e geográfico) dos alunos atendidos pela pedagogia do NEAD/UFSJ?

Diante desse cenário acima citado, justifica-se um estudo a respeito da política de expansão para o ensino superior no Brasil, o que teria grande significância no sentido de indicar até que ponto a Educação a Distância da UFSJ tem se configurado como instrumento de expansão, acesso e permanência a esse nível de ensino.

Com a ampliação dos cursos na modalidade a distância, as pesquisas em torno da qualidade dos mesmos representam a busca de caminhos para a melhoria do processo educativo.

Essa busca por caminhos que melhor qualifiquem a Educação a Distância podem promover um aprimoramento nas metodologias e estratégias de ensino bem como nas ferramentas digitais empregadas nessa modalidade. O aperfeiçoamento de elementos que permeiam a EaD pode se traduzir em benefícios para a construção da cidadania entre a população que dela se beneficia.

Tendo em vista a minha atuação como aluna e tutora a distância em cursos de especialização EaD, e no presente momento no curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ, como Tutora a distância e, posteriormente, Professora Orientadora de Estágio Supervisionado, é que optei por realizar uma investigação dentro da dinâmica de implantação e implementação do curso. Questões que me instigam no sentido de conhecer melhor toda dinâmica de procura, acesso, planejamento, oferta e ações que permeiam a concretização de toda a expansão do ensino superior, que, neste trabalho, se traduzem especificamente no curso acima citado que é ofertado pela instituição em questão.

Vejo minha prática como ponto crucial de motivação para tal investigação, pelo fato de ter um olhar como aluna de EaD, como tutora a distância de Pedagogia, e hoje como professora supervisora. São olhares que, apesar de parecerem diferentes, se aproximam, e trouxeram grande relevância na escolha da questão e na procura por respostas e esclarecimentos que se fazem necessários para o objetivo desta dissertação.

Objetivo Geral

Analisar quais foram as tensões e adequações na implantação do curso de Pedagogia a distância da UFSJ, sobretudo, na perspectiva de uma política de expansão para o ensino superior no Brasil.

Objetivos Específicos

1. Descrever as fases da implantação do curso de Pedagogia a Distância da UFSJ;
2. Analisar as tensões e adequações institucionais para a implantação;
3. Identificar elementos da política de expansão na implementação do curso de Pedagogia a distância da UFSJ;
4. Avaliar os resultados obtidos no curso em relação ao acesso e permanência dos alunos;
5. Analisar as características socioeconômicas e geográficas dos alunos do curso de pedagogia frente a proposta da política de expansão.

A visão de alguns autores a respeito dos desafios da expansão da Educação Superior e os dilemas e perspectivas que permeiam o Ensino a Distância enquanto política pública educacional, tais como inclusão, diversidade institucional, democratização, qualidade e construção da cidadania, destacam-se, como aporte teórico para esta pesquisa, autores como: Alonso (2010), Dias Sobrinho (2010), Moran (2002, 2006), Marilena Chauí (2003), Leher (2010), Shiroma (2011), Belloni (2012), os quais contribuíram para o direcionamento e tornaram-se referenciais nesta dissertação.

Teremos assim, como pano de fundo o debate sobre a política de expansão do ensino superior no Brasil, enfocando especificamente a Educação a Distância.

Esta dissertação foi estruturada em quatro capítulos, definidos a seguir. No primeiro capítulo foi feito um levantamento sobre pesquisas realizadas em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu e publicações no período compreendido entre 2010 e 2012, que abordavam a questão da expansão do Ensino Superior no Brasil e/ou a implementação da EaD no país.

No segundo capítulo, buscou-se associar a Expansão do Ensino Superior no Brasil às contribuições dadas pela Educação a Distância para a consolidação dessa importante política pública educacional.

No terceiro capítulo, enfocou-se o percurso da EaD na Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, dando-se ênfase ao curso de Pedagogia a Distância, objeto dessa investigação.

No quarto capítulo, apresentou-se o procedimento metodológico escolhido para a presente pesquisa, seguido da publicização dos dados e da análise dos resultados.

CAPÍTULO I

A Expansão do Ensino Superior no Brasil e a EAD: O que dizem as pesquisas

Este capítulo demonstra quais são os principais trabalhos dos últimos anos sobre a temática da expansão. Para tanto, iremos expor de forma qualitativa as dissertações e teses presentes no site da Capes, em seguida, os artigos de alguns dos principais periódicos em educação e, por fim, os textos publicados nos GTs da ANPED.

1.1. As contribuições das dissertações e teses sobre expansão e EaD

Até o momento da construção deste trabalho, encontravam-se disponíveis 193 dissertações e teses (DTs) sobre o assunto Expansão do Ensino Superior de forma geral, distribuídas pelo território nacional. Este número tem uma queda significativa quando se fala genericamente em Educação, pois estão disponíveis sobre a temática apenas 89 dissertações e teses (DTs).

Estes dados foram obtidos no site da Capes e referem-se ao período de 2010 a 2012. Para os anos anteriores aos pesquisados, essa temática encontra-se quase escassa de produções, justificando então, o motivo de se pesquisar concretamente a partir do período citado.

O quadro 1, a seguir, mostra o quantitativo expresso nas linhas anteriores sobre a forma geral de escrita sobre o assunto, bem como de forma específica sobre Educação.

QUADRO 1 - Temática EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

	2010	2011	2012	TOTAL
Geral	00(0%)	98(50,77%)	95(49,23%)	193(100%)
Educação	00(0%)	43(48,3%)	46(51,7%)	89(100%)
TOTAL	00(0%)	141(50%)	141(50%)	282(100%)

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, site visitado no período de 05/2014 à 08/2015

Nota-se que entre os anos 2010 a 2012 houve uma preocupação maior em se pesquisar a temática da expansão no ensino superior sobre outro enfoque e não especificamente voltado para a educação. As temáticas variavam mais em torno de questões administrativas, financeiras ou legais desse nível de ensino do que propriamente sobre processo educativo ou pedagógico ou, ainda, sobre políticas implementadas para a expansão do ensino superior.

Mostra ainda, o quantitativo do assunto em questão, Expansão do Ensino Superior no Brasil, de forma a dialogar somente com as publicações em Educação. Um quantitativo geral em números, para uma visualização panorâmica do assunto.

Os números expressos no quadro indicam claramente a quase ausência de pesquisas sobre o tema em Mestrados Profissionais e uma limitação do mesmo nos Programas de Doutorado.

O quadro 2, a seguir, apresenta as mesmas informações do quadro anterior, mas de forma detalhada anualmente, dentro das esferas de pesquisa.

QUADRO 2 - Temática EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR para EDUCAÇÃO

Modalidade	2010	2011	2012	Total
Mestrado	00(0%)	30(57,3%)	33(52,4%)	63(100%)

Acadêmico				
Mestrado	00(0%)	00(0%)	03(100%)	03(100%)
Profissional				
Doutorado	00(0%)	13(54,1%)	11(45,9%)	24(100%)
Total	00(0%)	43(47,8%)	47(52,2%)	90(100%)

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, site visitado no período de 05/2014 à 08/2015

Supõe-se que até o ano de 2010 os dados sobre a Educação a Distância ainda se apresentavam incipientes, não sendo possível traduzi-los em projetos de pesquisa vinculados aos Programas de Pós-graduação, o que pode ter causado uma desmotivação pela temática.

Constata-se, então, que realmente a temática não era anteriormente de interesse entre os estudos realizados, visto que, no ano de 2010, nada foi publicado, enquanto que em 2011 e 2012 houve um aumento relativamente significativo de produções na área.

Tomando como foco a Educação a Distância, procedeu-se à pesquisa da mesma forma anterior, com instrumentos da CAPES, entre os anos de 2010 a 2012, com dados gerais, afunilando-se somente para a Educação.

Constata-se que, quando o assunto é Educação a Distância, os números já aumentam consideravelmente, tanto no âmbito geral de pesquisa, quanto no âmbito da Educação.

O quadro 3 vem mostrar o grande número de pesquisas em Educação a Distância de uma forma geral, que se consolida em 1050 publicações, sendo que, no caso específico da Educação, esse número já se reduz a 357 estudos.

QUADRO 3 - Temática EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

	2010	2011	2012	TOTAL
Geral	00(0%)	532(51,7%)	508(48,3%)	1050(100%)
Educação	00(0%)	172(48,9%)	180(51,1%)	352(100%)
TOTAL	00(0%)	704(50,2%)	688(49,8%)	1402(100%)

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, site visitado no período de 05/2014 à 08/2015

O tema Educação a Distância é um tanto ainda novo entre as investigações, mas verifica-se que vem sendo paulatinamente objeto de estudos para muitos pesquisadores, por ser uma modalidade, de certa forma, inovadora, desafiadora e que requer muitos quesitos para se caminhar bem. Além de ser um tema que muitos apreciam, são amantes, outros, por sua vez, ainda apresentam resistência quanto a aceitação desta modalidade de ensino, pois não acreditam na sua eficácia e querem provar sua não consistência e falta de qualidade. Por isso é uma questão que vem crescendo bastante como foco de pesquisas.

No quadro, foca-se o quantitativo somente no que se refere às publicações em Educação, trazendo a seguinte distribuição: 284 publicações no Mestrado Acadêmico, 3 publicações no Mestrado Profissional e 70 publicações no Doutorado.

Assim, como no tema Expansão do Ensino Superior, a temática Educação a Distância não se mostra de muita importância para os pesquisadores do Mestrado Acadêmico, como demonstram os instrumentos da CAPES. Fator esse que até merece aprofundamento de discussão em outro momento, ou até mesmo em outro trabalho.

O quadro 4 mostra que a temática Educação a Distância foi mais explorada na área de educação no ano de 2011, estando mais concentrada na modalidade de mestrado, sendo que no ano de 2012 ocorreu uma menor incidência de estudos da referida temática no mestrado, destacando-se, porém, um aumento de pesquisas em EaD na esfera do doutorado.

QUADRO 4 - Temática EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA para EDUCAÇÃO

Modalidade	2010	2011	2012	Total
Mestrado Acadêmico	00(0%)	145(51,1%)	139(48,9%)	284(100%)
Mestrado Profissional	00(0%)	00(0%)	03(100%)	03(100%)
Doutorado	00(0%)	31(45,6%)	37(54,4%)	68(100%)
Total	00(0%)	176(49,6%)	179(50,4%)	355(100%)

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, site visitado no período de 05/2014 à 08/2015

Para complementação da análise quantitativa e qualitativa, com base nos instrumentos da CAPES, foram mesclados os dois assuntos, objeto de estudo desta dissertação. O tema Expansão do Ensino Superior com foco na Educação a Distância, que mostrava-se ainda bem pouco investigado nas diversas esferas de pesquisa, desta vez apresenta um panorama bem diferente dos outros até agora citados.

As produções, de forma geral, configuram-se em 37 publicações, sendo que 23 delas estão em pesquisas em Educação, o que vem mostrando o quadro 5.

QUADRO 5 - Temática EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

	2010	2011	2012	TOTAL
Geral	00(0%)	23(62,2%)	14(37,8%)	37(100%)
Educação	00(0%)	13(65%)	7(35%)	20(100%)
TOTAL	00(0%)	36(63,2%)	21(36,8%)	57(100%)

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, site visitado no período de 05/2014 à 08/2015

Dessa forma, esses números demonstram que há interesse pela pesquisa deste assunto, tendo em vista que muitas delas concentram-se em produções voltadas para a área de Educação, que também é de interesse da presente dissertação.

O quadro 6 abaixo retrata somente as publicações em Educação, que são 16 no Mestrado Acadêmico, nenhuma no Mestrado Profissional e 7 publicações no Doutorado. O Mestrado Profissional, quando se afunila o assunto, não apresenta publicação alguma, o que já foi mencionado anteriormente.

De todos os dados apresentados até aqui, verificou-se sempre uma presença bem maior da temática em Programas de Mestrado. Todavia, vale ressaltar a presença, mesmo que em escala menor, do interesse pelo assunto nos Programas de Doutorado.

O quadro mostra uma situação curiosa em relação à temática Expansão do Ensino Superior na Educação a Distância para a Educação, que se deu entre os anos 2010 a 2012.

QUADRO 6 - Temática EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA para EDUCAÇÃO

Modalidade	2010	2011	2012	Total
Mestrado Acadêmico	00(0%)	09(56,25%)	07(43,75%)	16(100%)
Mestrado Profissional	00(0%)	00(0%)	00(0%)	00(100%)
Doutorado	00(0%)	05(71,5%)	02(28,5%)	07(100%)
Total	00(0%)	14(60,9%)	09(39,1%)	23(100%)

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, site visitado no período de 05/2014 à 08/2015

Nos anos de 2010 a 2012, a temática Expansão do Ensino Superior na Educação a Distância teve uma queda de produções, tanto no Mestrado Acadêmico quanto no Doutorado. Números curiosos que também merecem, em outro momento, novas investigações a fim de elucidar esse acontecimento.

O quadro 7, a seguir, apresenta números relativos à publicações sobre o tema Educação a Distância ocorridas entre o período de 2010 a 2012.

QUADRO 7 - PUBLICAÇÃO POR TEMA SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Temas	2010	2011	2012	Total
Expansão	00(0%)	11(55%)	09(45%)	20(100%)
Política	02(8,3%)	12(50%)	10(41,7%)	24(100%)
Democratização	00(0%)	08(38,1%)	13(61,9%)	21(100%)
Total	02(3,1%)	31(47,7%)	32(49,2%)	65(100%)

Fonte: <http://bancodeteses.capes.gov.br>, site visitado no período de 05/2014 à 08/2015

Quanto ao quadro 7, é possível verificar que dentre os temas relativos à Educação a Distância, presentes em publicações, o tema política foi o que manteve mais regularidade nos anos de 2010, 2011 e 2012, porém o tema mais abordado acabou por ser a democratização.

Considerando-se que neste âmbito várias pesquisas foram desenvolvidas, ressalta-se aqui os seguintes trabalhos que foram selecionados na busca em sites de banco de teses e dissertações como CAPES: A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância, de autoria de Catarina de Almeida Santos, tese de doutorado, 2008, USP; Uma proposta de avaliação da qualidade da educação a distância, de Gianna Oliveira Bogossian Roque, tese de doutorado, 2012, UFRJ; e Educação a distância (EaD): a realidade

brasileira e as contribuições de Otto Peters, escrita por Melita Hickel, tese de doutorado, 2009, São Leopoldo.

A tese de doutorado intitulada “A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância” (SANTOS, 2008), tem como tema central a educação a distância, educação superior e a expansão educacional, voltada para a problemática da trajetória do ensino a distância na realidade brasileira e suas implicações para o setor produtivo, que se justifica pela necessidade de profissionais bem preparados para atuação em diferentes áreas. Tem como objetivo investigar a implantação da educação superior na modalidade a distância no Brasil, sua expansão e planejamento, buscando compreender em que medida esse processo está em consonância com a expansão e reestruturação do setor produtivo capitalista. Tal tese tem como quadro teórico-metodológico autores como Marx (1999), Gramsci (2000), Chauí (2003), Ianni (2003, 2003), Dias Sobrinho (2005), Dourado (2001,2002) e Frigotto (1999), além da análise de documentos de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas e a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1998). Esse estudo apresentou uma análise da expansão da educação superior, salientando o investimento técnico na formação de professores, implementada pela Educação a Distância (EaD), destacando o esforço dos órgãos governamentais e universidades em cumprir o processo de expansão capitalista. Sendo assim, mostra que a realidade, a informação e o conhecimento foram travestidos de possibilidades democráticas, representando interesses voltados para o comércio internacional e privatização da educação.

Já a tese de doutorado de Gianna Oliveira Bogossian Roque (2012), com o título de “Uma proposta de avaliação da qualidade da educação superior a distância”, tem como tema central a qualidade do ensino superior ofertada na modalidade a distância, partindo da situação-problema gerada em torno desse crescimento acelerado, sobretudo quando apresentado como meio de cumprir as metas de Governo explicitadas no Plano Nacional de Educação, no que diz respeito ao acesso ao ensino superior, o qual impõe a necessidade de se repensar os indicadores utilizados na avaliação da qualidade dos cursos de graduação a distância Tendo como justificativa o fato

de que tanto o governo brasileiro como a iniciativa privada têm feito grandes investimentos nos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância aumentando, consideravelmente, o número de vagas e cursos nos últimos anos. Teve como objetivo verificar o crescimento da EaD no Brasil, as políticas públicas voltadas para sua expansão e os indicadores adotados para a verificação da qualidade dos cursos em andamento e trazendo, como resultado, uma análise da forma pela qual os indicadores propostos no estudo eram percebidos pelos cursistas sujeitos da pesquisa. A partir de tais indicadores, do Projeto Político Pedagógico do curso estudado e dos resultados obtidos na análise das respostas dos alunos foi possível validar os indicadores de qualidade propostos.

“Educação a distância (EaD): a realidade brasileira e as contribuições de Otto Peters”, escrita por Melita Hickel (2009), também é uma tese de doutorado que aponta como tema as contribuições do autor Otto Peters para os estudos sobre EaD. Levanta, como problema, alguns dos principais fatores presentes em sua obra e a sua relevância para a EaD. Seu quadro teórico-metodológico teve como principal embasamento a obra do Prof. Dr. Otto Peters e a análise da Legislação Brasileira na área, bem como de pesquisadores brasileiros de EaD e a breve apresentação de quatro Universidades localizadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Os três trabalhos acima referidos trouxeram contribuições para o entendimento, conhecimento e comprovação da relevância de se estudar e da necessidade de aprofundamento da temática dessa pesquisa.

Todos estes números aqui apontados e presentes no site da CAPES, que são fonte de análise neste momento, mostram o quanto as investigações sobre o objeto de estudo dessa dissertação ainda necessita de ampliação e aprofundamento.

Após todo levantamento bibliográfico e análise de algumas publicações, conclui-se que a temática sobre a Expansão do Ensino Superior no Brasil e a EaD, até então, tem sido pouco debatida, discutida, analisada, estudada e pesquisada, justificando-se, assim, a grande necessidade de continuidade dos estudos realizados até o momento.

1.2. GTs da ANPED e Periódicos: números a se analisar

O levantamento agora apresentado refere-se á artigos publicados nos principais periódicos da área da educação e nos GTs da ANPED.

Temos no quadro 8 a produção sobre a temática Expansão no Ensino Superior e Educação a Distância, publicadas em periódicos, ela compreende o período de 2005 a 2012.

Quadro 8 – Principais Periódicos

Ano	Autores	Periódicos	Títulos dos artigos
2005	José Dias Sobrinho	Revista Brasileira de Educação	Documentos: Ensino Superior, Globalização e Democratização: Qual Universidade?
2006	Luciana Martins Saraiva	Ensaio	Tensões que afetam os espaços de educação a distância
2007	Helena Costa Lopes de Freitas	Educação e Sociedade	A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada
2008	Bernadete A. Gatti	Revista Brasileira de Educação	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década

2009	Stella Cecília Duarte Segenreich	Ensaio	Expansão, privatização e diferenciação da Educação Superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências
2010	Kátia Alonso	Educação e Sociedade	A Expansão do Ensino Superior no Brasil e a EaD: Dinâmicas e Lugares
2011	Lucineia Alves	Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância	Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo
2012	Mara Salvucci	Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância	Educação a Distância no Brasil: Fundamentos legais e implementação

Essas não são as únicas publicações sobre a temática neste período, porém a escolha dessas publicações justifica-se pela oportunidade de estudos anteriores das mesmas, o que proporcionou um maior conhecimento dos fundamentos teóricos apresentados pelas autoras e dos debates suscitados em relação à temática.

Verifica-se que, durante o período expresso nesse quadro, existe uma escassez de publicações sobre a temática em periódicos da área da educação, considerando-se que apenas um(a) autor(a) se apresentou a cada ano.

O artigo de Dias Sobrinho (2005), trata da universidade, da sociedade e da democracia, refletindo então a globalização. O autor trata da universidade como um problema nas suas futuras transformações, não estabelecendo um eixo seguro com a sociedade, uma vez que nada pode ser pensando sem que se leve em conta as características da globalização. Tendo em vista que a realidade da sociedade não é suficiente para compreender a complexidade e pluralidade dos fenômenos humanos, não se pode então pensar em uma instituição centro da sociedade a qual está diretamente ligada às mudanças do mundo, no caso a universidade, que possa ser explicada a partir de uma única ideia ou de um só princípio interno. O autor ainda coloca que a universidade e seus problemas estão diretamente ligados à sociedade, e os efeitos desses problemas não são nada precisos, e as demandas da educação também não estão bem definidas e, portanto, não há clareza do que seriam as respostas adequadas a esses problemas.

Saraiva (2006) identifica em seu artigo as zonas de tensão nos espaços de educação a distância no Instituto VIAS-SC/Brasil, é uma análise de conteúdo na investigação das percepções e experiências dos profissionais ali envolvidos no desenvolvimento de cursos a distância entre os anos de 2004 e 2005. Para a autora todos os sujeitos envolvidos nesta modalidade de ensino, sejam eles alunos, professores, tutores ou monitores, experimentam situações críticas e tensões que interferem no processo de aprendizagem e nas práticas educacionais. São colocados três zonas de tensão pela autora: a autonomia dos alunos, as posições de aprendente e ensinante, e a aliança do aluno com o curso. A autora usa os conceitos de movimentos molares e moleculares de Deleuze e Guattari (1996) em sua análise, permitindo assim a reflexão nos processos educacionais em EaD, bem como a possibilidade de criação de novos espaços de produção de conhecimento pelos sujeitos ali envolvidos.

Freitas (2007) examina em seu artigo as políticas e programas de formação do atual governo, detectando pontos de uma política marcada por

ações focalizadas em cursos a distância ofertados pela UAB. Assim é feita uma análise com as relações de transformação da CAPES, uma agência reguladora da formação de professores, que tem como referência a base comum nacional, indicando as possibilidades para uma política global de formação e profissionalização dos envolvidos diretamente com a educação, sempre nos termos que em que a área da educação e a ANFOPE defendem.

O artigo de Gatti (2008) debate a forma como processos de educação continuada, na modalidade presencial ou a distância, vem sendo implementados no âmbito das políticas públicas educacionais na última década. Estuda as várias iniciativas desenvolvidas nas diversas modalidades metodológicas, proporcionando variedade nos meios de formação, tendo como principal ator os professores dos vários níveis de ensino e suas especialidades. A autora coloca essa questão numa visão internacional, diante de vários documentos de organismos internacionais. Ainda discute a Legislação Brasileira, que traz abertura para educação continuada no Brasil, seus problemas e suas novas leis.

Segenreich (2009) tem em seu trabalho a proposta de se basear nos Censos da Educação Superior de 1996 a 2006, para estudar as questões da privatização e da diferenciação do sistema brasileiro de educação superior, com olhar para a expansão, explorando as categorias referentes á instituições, cursos e alunos. A análise da autora teve como marco divisório o Plano Nacional de Educação de 2001, que serviu de parâmetro para as tendências de evolução do sistema. Constatou-se ainda, que as políticas públicas de expansão para o ensino superior vêm com a tendência de marcar a diferença do sistema, em especial na esfera pública, por meio de cursos/instituições e/ou a institucionalização da EaD pela UAB, mostrando que o processo de privatização ainda com menor aceleração, por outras formas como a concessão de bolsas do MEC para o ProUni.

Alonso (2010) analisa documentos que firmam a Educação a Distância no Brasil, com ênfase especial no Decreto que a regulamenta e nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior à Distância. Analisa ainda dois pontos: a lógica da educação superior, que incide sobre a

modalidade a distância, e a lógica estabelecida em sua organização, independente dos estabelecimentos de ensino superior e os elementos dispostos na concretização de seus sistemas. Por essas lógicas, que se complementam entre si, a EaD é ofertada seja na esfera pública quanto na privada, apresentando modelos similares, equalizando a oferta e condicionando a qualidade dos cursos, colocando seu “lugar” no ensino superior.

Alves (2011) mostra que a Educação a Distância vem se efetivando através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação, na Educação Básica, Educação Superior e em cursos abertos, entre outros. O artigo tem o objetivo de apresentar uma revisão dos conceitos da EaD expressado por alguns autores e mostrar alguns acontecimentos e instituições que se tornaram marcos históricos para a efetivação atual da Educação a Distância no Brasil e no mundo, com a visão da importância e do lugar de destaque desta modalidade de educação no cenário global, por ser um instrumento que vem sendo fundamental na promoção de oportunidades para muitos indivíduos.

Por fim, Salvucci (2012) trata de examinar em seu artigo as normas relativas às políticas de implementação de Cursos de Graduação na modalidade a Distância no Brasil e seus indicadores de Controle da Qualidade definidos pelo Ministério da Educação, tais como: Concepção de Educação, Elaboração de Material Didático, Equidade Multidisciplinar, Avaliação Docente, da Aprendizagem e Infraestrutura de Apoio. Após leituras e análise documental, a autora priorizou questões norteadoras a partir das Políticas e Referenciais de Qualidade para a EaD. E, como resultado, constatou que várias ações revestidas por políticas públicas estão sendo reformuladas constantemente assegurando o suporte legal, definindo bem e aprimorando os critérios e objetivos da expansão para esta modalidade de ensino, sempre com equilíbrio na oferta de cursos de graduação pelas Instituições de Ensino Superior.

Como referido anteriormente, a leitura desses periódicos contribuíram e enriqueceram a construção desta dissertação, uma vez que, todo referencial teórico aqui expressado, auxiliou a compreensão do tema em questão, e

permitiu um esclarecimento e enriquecimento de todo debate ao longo deste trabalho.

O quadro 9 apresenta a incidência da Temática em GTs da ANPED entre os anos de 2008 e 2013.

Quadro 9 – GTs da ANPED

Ano	Título	Autores	GT
2008	A EaD e a formação de professores.	Jaime Giolo (UPF)	11- Política de Educação Superior
2009	Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil.	Daniela Motta de Oliveira	11- Política de Educação Superior
2009	Desvelando e explorando brechas das políticas públicas em relação à inserção da EAD no ensino Superior.	Stella Cecília Duarte Segenreich (UCP)	11- Política de Educação Superior
2011	EAD no Sistema de Educação Superior: questões para a agenda 2011-2020	Stella Cecília Duarte Segenreich (UCP)	11- Política de Educação Superior
2012	Políticas Públicas de educação superior a distância: um estudo preliminar das causas de evasão em curso	Ruth Gonçalves de Faria Lopes (UnB); Simone Aparecida Lisniowskei (UnB);	11- Política de Educação Superior

	de pedagogia a distância no âmbito do sistema UAB	Girlene Ribeiro de Jesus (UnB).	
2013	Políticas públicas de formação por meio da Educação a Distância: o Proformação e o Progestão.	Raquel Aparecida Souza – UFT Raquel de Almeida Moraes – UnB	5– Estado e Política Educacional
2013	A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores.	Olgaíses Maués (UFPA); Michelle Borges de Souza (UFPA)	11– Política de Educação Superior

Verifica-se que o GT 11, relacionado à Política de Educação Superior, apresentou a temática nos anos de 2008 a 2013, sendo a mesma desenvolvida também em 2013 pelo GT 5, relacionado à temática Estado e Política Educacional.

Na mesma lógica dos periódicos, há uma limitação de trabalhos investigativos sobre o tema nas apresentações na ANPED, ficando evidente, mais uma vez, a pouca produção bibliográfica sobre a temática em questão, reforçando assim a afirmação já feita anteriormente quanto à dificuldade dos pesquisadores em relação à falta de material bibliográfico sobre o tema.

Cada trabalho trouxe sua contribuição para a pesquisa, ressalta-se aqui os trabalhos acima citados.

Giolo (2008) aborda em seu trabalho a EaD no Brasil por frentes distintas, como a apresentação da legislação, depois um olhar geral na história e performance atual da educação superior a distância, e por final, detecta problemas da EaD nas atividades de formação docente nos cursos de

graduação, em especial na Pedagogia. O autor defende a ideia de que os professores devem realizar sua formação em sala de aula presencial, apostando que a cultura do ensinar e aprender se constrói nas relações humanas indissociáveis da prática docente.

Oliveira (2009) aborda em seu trabalho a Educação a Distância e a formação de professores sob aspectos que julga principais: o de não podermos pensar a EaD sem compreendê-la como modalidade de ensino, mas sobretudo como estratégia política privilegiada para a expansão do ensino superior, com grande relevância para a formação dos professores. Uma vez que se considera a alternativa de que a EaD barateia a oferta de cursos, atingindo muito mais pessoas com muito menos recursos. Assim, essa análise leva a centralidade da discussão da autora, que vem a ser a política educacional do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, elegendo a EaD um veículo para a difusão de uma nova sociedade, de um novo modo de pensar, ser e agir.

Ainda em 2009, Segenreich discute em seu trabalho, primeiramente, os dados que retratam a influência da Educação a Distância na criação do ProUni e o comprometimento e funcionamento das instituições envolvidas. E, posteriormente, analisa a distinção dos cursos de graduação tradicionais e os cursos superiores tecnológicos. Levantando então, questões finais, sobre a abertura de brechas ocasionadas pelas regulamentações, o que possibilitou a inclusão de uma porcentagem de disciplinas nos cursos presenciais de graduação.

Já em 2011, Segenreich apresenta o modelo de Kingdon, que descreve dois momentos de formulação de políticas públicas que incluem a Educação a Distância e as dimensões alcançadas pela EaD inserida no sistema de educação superior, as quais devem demandar atenção de membros do governo e da sociedade no período de 2011 a 2012.

Souza e Moraes (2013) configuram o estudo como uma investigação que visou compreender as concepções das políticas de EaD expressas por meio de ações e programas instituídos por políticas de governos para a formação de profissionais da educação, tendo como olhar principal os

programas do Proformação e Progestão, considerando então, a centralidade da EaD nas políticas educacionais dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula). Nesse sentido, o questionamento do trabalho desenvolvido perpassou na seguinte dúvida: até que ponto essas políticas podem contribuir para a formação de docentes e gestores?

Maués e Souza (2013) trazem em seu trabalho uma pesquisa exploratória com resultados importantes para o entendimento da expansão e a formação em nível superior. Fomentando as recomendações dos organismos internacionais sobre a formação e o papel do governo brasileiro com suas políticas de formação. Tal trabalho tem o objetivo de identificar as relações existentes entre a expansão de matrículas desse nível de ensino e a formação de professores.

Os trabalhos aqui referidos e apresentados na ANPED, trouxeram um grande reforço no entendimento do assunto, foco de estudo desta dissertação. Forneceram contribuições para a escrita e desenvolvimento dos próximos capítulos, em especial do capítulo II, que mostra um breve histórico da Expansão do Ensino Superior e sobre a Educação a Distância e os desdobramentos dos dois assuntos em comum.

CAPÍTULO II

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste capítulo, foram feitas análises de elementos relacionados a um momento histórico em que a educação superior foi colocada como foco do debate educacional e quanto à explicitação do discurso da necessidade da expansão dessa etapa do ensino e como isso interferiu diretamente na proposição de políticas públicas educacionais.

O capítulo está estruturado em três partes, onde procura-se responder as seguintes questões:

A partir de que acontecimentos se deu a preocupação com a expansão do ensino superior em âmbito mundial?

Como e quando se deu a estruturação das políticas educacionais para a expansão do ensino superior no Brasil?

E em que contexto essas políticas expansionistas foram implementadas?

2.1 Expansão do Ensino Superior: um breve histórico

Por um bom tempo e até hoje, o debate a favor da expansão da educação superior teve como principais atores as associações de professores, os meios acadêmicos e sindicais e os movimentos estudantis. Esta temática vem sendo debatida por profissionais e instituições de ensino, de forma mundial, regional e local.

Os embates em prol da expansão desse nível de ensino, especialmente, nas Instituições de Ensino Superior públicas, vinham sendo travados com atores e instituições, nos planos local, regional e mundial (SANTOS, 2008, p. 33)

Esses debates vêm ganhando grande destaque e espaço de discussões, ainda que revestido de concepções diversas. E é no final do século XX, que políticas em âmbito internacional, acabaram por determinar resultados expressos em acordos e documentos de alcance global, como por exemplo, a Conferência Mundial sobre Ensino Superior.

Dentre os acordos e documentos resultantes dessas articulações estão a Declaração Mundial sobre Educação superior no século XXI: Visão e ação: o movimento no âmbito da União Europeia para internacionalização desse nível de ensino, aos países que a compõem; e os acordos firmados entre os países do Mercosul, objetivando a integração educativa regional entre os países-membros e associados. (SANTOS, 2008, p. 34)

Nesse momento, a Conferência Mundial sobre Ensino Superior, realizada em Paris no mês de outubro de 1998, torna-se o processo de articulação, em âmbito mundial, para a expansão da educação superior.

Sendo essa Conferência um evento realizado pela UNESCO, com a presença de 180 (cento e oitenta) países, e renomados educadores, dois documentos foram aprovados na ocasião: a “Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI: visão e ação” e o “Marco de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento da educação superior”. Esses documentos é que oficializaram a posição da UNESCO na reflexão sobre e para esse nível de ensino.

Neste sentido, esse organismo assume, então, um discurso determinante sobre as grandes e novas demandas que se configuravam para o ensino superior, o que acabou por requerer ampla diversificação desse nível de ensino, tendo em vista a sua expansão e “a sua importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico e para a construção de um futuro,

diante do qual novas gerações deverão estar preparadas com novas habilidades, conhecimentos e ideias” (UNESCO, 1999, p.19).

Assim, na última metade do século XX, foi registrada a maior expansão da história do ensino superior, com número de matrículas nesse nível de ensino saindo de 13 milhões desde 1960 e alcançando um total estimado de 82 milhões, fato este ocorrido precisamente no ano de 1995.

Porém, a UNESCO reconhecia que daí para frente muita coisa ainda estava por ser feita, pois a disparidade entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, no tocante ao acesso às universidades, se aguçava cada vez mais.

Esse foi também o período de maior estratificação socioeconômica e aumento das diferenças de oportunidades educacionais dentro dos próprios países, inclusive dentro de algumas nações mais desenvolvidas (UNESCO, 1999, p. 20).

De acordo com Leher (2010, p. 69)

A comemorada melhoria da escolarização no Brasil nos últimos 25 anos em nada difere, grosso modo, da verificada nos demais países latino-americanos. Visto em detalhe, é possível afirmar que o avanço na escolarização não significa, necessariamente, democratização do conhecimento.

A questão do financiamento, da manutenção da qualidade do ensino, da igualdade de acesso e permanência, para a UNESCO, representavam os grandes desafios e dificuldades enfrentados pelas universidades em todo mundo.

ao mesmo tempo, a educação superior está sendo desafiada por oportunidades novas, relacionadas a tecnologias que tem melhorado os modos através dos quais o conhecimento pode ser produzido, administrado, difundido e controlado (UNESCO, 1999, p.19).

A Conferência Mundial sobre Ensino Superior teve como objetivo a promoção de soluções no enfrentamento de um grande desafio que era, entre outros, o de “colocar em movimento um processo de profunda reforma na educação superior” (UNESCO, 1999, p.20).

Elaborou-se, então, documentos que apontavam para a implementação da reforma e expansão do ensino superior, vinculada a uma defesa de políticas e ações voltadas para questões sociais mais amplas.

Essa nova configuração para o ensino superior acabou confrontada, segundo documentos da UNESCO (1999, p.20)

com desafios consideráveis e tem de proceder à mais radical mudança e renovação que porventura lhe tenha sido exigido empreender, para que nossa sociedade, atualmente vivendo uma profunda crise de valores, possa transcender as meras considerações econômicas e incorporar as dimensões fundamentais da moralidade e espiritualidade.

Nessa direção, o papel da UNESCO assume um caráter de organização política, na busca da reestruturação do processo educativo no ensino superior que, até então, era desenvolvido em diversos países.

Para a UNESCO, a diversificação dos sistemas de ensino superior, caracterizada por novos tipos de instituições, como as públicas, privadas e instituições sem fins lucrativos, entre outras, deve trazer novas possibilidades. (SANTOS, 2008, p. 38)

Independentemente da forma de implantação e implementação das instituições que ofertavam educação superior, todas, sem distinção, deveriam se empenhar na análise e reflexão de seus planejamentos e de suas práticas, visando à perspectiva de novas possibilidades de atuação. Para Alonso (2010, p. 1321)

É relevante destacar que o problema da formação em nível superior e a conseqüente expansão desse nível de ensino indicam um movimento que, independente da modalidade em que se processa a formação superior: se presencial ou a distância, define a lógica que a conforma.

Essas possibilidades se traduzem na consolidação de “processos interativos, viabilizadores da implementação de um projeto de educação superior que leve em consideração todas as suas dimensões científicas, pedagógicas e culturais” (SANTOS, 2008, p. 41).

Nessa mesma direção, o Brasil juntamente com Argentina, Paraguai e Uruguai já haviam assinado em Brasília, em 13 de dezembro de 1991, um Protocolo de Intenções cujo objetivo era “a formação de consciência social favorável ao processo de integração; a capacitação de recursos humanos que contribuam para o desenvolvimento econômico e a integração dos sistemas educacionais” (MERCOSUL, 1991).

Quanto à área da educação superior, três eixos básicos eram fator de preocupação entre os países que integram o Mercosul: o reconhecimento, a mobilidade e a cooperação interinstitucional.

Para Santos (2008, p. 43), esses eixos objetivavam

estabelecer, entre os países membros, um processo de reconhecimento de carreiras, homologação de títulos para facilitar mobilidade na região, acreditando-se que isso estimulará os processos de avaliação e a melhoria da qualidade educativa e acadêmica, tornando a educação superior mais competitiva.

Esses direcionamentos, em nível internacional, acabaram por determinar ações expansionistas no cenário nacional da educação.

Ao rememorar os esforços para essas ações, pode-se reportar a seguinte colocação de Leher(2008, p. 31)

quando o melhor da energia criadora pode se efetivar em uma instituição cuja massa crítica abraça com determinação o

projeto, os sonhos e as utopias que o produziram, podem ter uma materialidade de extraordinário vigor para fazer ecoar estas ideias ao longo do tempo.

A seguir, serão apresentados elementos que caracterizaram o contexto brasileiro na busca da concretização de políticas para expansão do ensino superior.

2.2 As Políticas de Expansão do Ensino Superior no Brasil

As políticas públicas educacionais brasileiras foram, nos anos 90, bastante influenciadas pelo debate sobre elementos determinantes como acesso e permanência, democratização e universalização do ensino que acentuaram a necessidade de expansão da educação superior.

Algumas questões relativas ao papel da educação superior foram colocadas em evidência a partir dos debates que se estabeleceram nesse período, tais como: a missão de educar, a realização de pesquisas; a função ética, autônoma e de responsabilidade; a promoção de maior acesso; a previsão das necessidades da sociedade frente ao mundo do trabalho; o respeito à igualdade de oportunidades; os métodos educativos inovadores e os mecanismos de financiamento. (ROCHA e MOREIRA, 2013, p.112)

Aprovadas no final de 1990 e efetivadas em meados dos anos 2000, algumas políticas públicas educacionais vieram a promover mudanças significativas voltadas para o desenvolvimento e expansão do ensino superior na realidade brasileira.

Em 28 de janeiro de 2007, passou a vigorar no país o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi

apresentado pelo governo Lula à sociedade brasileira, que passaria dentre várias políticas, o que necessariamente não seria diferente na educação com O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que teve como o Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” no Decreto N. 6094/2007, caracterizando então com um primeiro mapeamento de ações a serem desenvolvidas nesse intuito (ROCHA e MOREIRA, 2012, p.115).

Com a intenção de restituir a um contingente enorme da população os direitos a uma qualificação em nível superior que lhes fora subtraídos pelas contingências históricas, que privilegiou por anos e anos uma elite acadêmica, a universalização do ensino superior, previstas no PDE, passou a ser perseguida por meio da criação de mecanismos importantes para que se efetivasse a expansão deste nível de escolarização.

No caso das Ifes, o Reuni adianta-se ao projeto das fundações estatais, fixando metas de desempenho a serem alcançadas (planos de reestruturação, art. 3º, decreto 6.096/2007), com base em duas condicionalidades:

- a) 90% de formados em relação aos ingressantes (art. 1º), um índice que não tem paralelo nas comparações internacionais (OCDE: 70; Ifes: 75%, somente possível com a implementação, também na educação superior, de aprovação automática, transferências de estudantes mesmo no final do curso e uma agressiva política de assistência estudantil que atualmente inexistente; e
- b) A meta de relação professor/estudante, que deverá passar dos atuais 12 estudantes por docente para 18 alunos por docente, em um prazo de cinco anos, mais do que duplicando o número de graduandos, sem a ampliação proporcional do número de docentes. Vale lembrar que este índice expressa a relação professor/aluno das instituições particulares mais mercantis. (LEHER, 2013, p.397)

Dessa forma, políticas públicas que visavam à democratização do ensino superior, passam a ser implementadas no cenário educacional universitário. Essas políticas retrataram-se por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Fundo de Financiamento Estudantil

(FIES), do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

Além da democratização do acesso ao ensino superior, essas ações passariam a promover uma sistemática de avaliação e de regulação desse nível de ensino.

Comparado com épocas passadas, o contexto da educação superior no país apresenta, a partir de então, mudanças evidentes no que tange às possibilidades de frequência às universidades por uma parcela da população que se mantinha a margem de todo e qualquer processo educacional (ROCHA e MOREIRA, 2013, p.110).

E foi por meio de políticas públicas educacionais, como as apresentadas anteriormente, implantadas no Governo Lula, que muitos brasileiros e brasileiras ascenderam socialmente e, com isso, foram diminuídas as desigualdades sociais e econômicas em nosso país.

Segundo Leher (2013, p. 395), “para melhor compreender o alcance da reestruturação das universidades federais encaminhada pelo governo de Lula da Silva, é importante conhecer o contexto do decreto que regulamenta a referida reestruturação e, ainda, os seus termos”.

O aumento do número de vagas em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas permitiram a inserção de pobres e grupos étnicos diversos nos meios acadêmicos universitários.

Para Dias Sobrinho e Brito (2008, p.488) esses mecanismos promoveram “o fortalecimento de valores democráticos, em especial da equidade, através da ampliação das oportunidades de acesso e permanência e o fortalecimento dos valores adequados à formação cidadã.”

No entanto, Rocha e Moreira (2013, p.119) alertam que

embora se tenha investido na criação de novas universidades federais, na oferta de mais vagas e no desenvolvimento de

programas democratizantes de acesso e permanência na educação superior nas últimas décadas, muitas dificuldades precisam ainda ser vencidas para que se alcance um índice ideal de inclusão.

Para que a democratização no ensino superior aconteça de fato, é necessário se investir ainda em políticas de longo e curto prazo que promovam a equidade de oportunidades e recursos, e não só promover o acesso a cursos presenciais ou à distância.

Uma política nacional de educação é mais abrangente do que a legislação proposta para organizar a área. Realiza-se também pelo planejamento e pelo financiamento de programas governamentais, em suas três esferas, bem como por uma série de ações não governamentais que se propagam, com informalidade, pelos meios de educação. Realiza-se, para além desses espaços, por meio da difusão de seu ideário pelas publicações oficiais e oficiosas. (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2011, p.73)

Para Dias Sobrinho (2010) o processo de democratização educacional é complexo e, ainda em nossa contemporaneidade não foi alcançado, mesmo porque só seria possível a partir de mudanças nas estruturas sociais. A educação antes de qualquer coisa tem que ser efetivamente percebida como bem público, direito social e dever do Estado e essas percepções têm que ser para além das linhas constitucionais.

Mediante a enorme demanda por formação em nível superior, ainda que políticas públicas tenham sido implementadas nas últimas décadas, novas iniciativas foram pensadas pelo poder público para continuar minimizando o problema.

A seguir, será feita uma análise sobre uma dessas iniciativas, hoje considerada bastante relevante e significativa no âmbito da expansão: a educação a distância.

2.3 A Educação a Distância no contexto da Expansão do Ensino Superior

Seguindo-se a lógica da expansão e da democratização do ensino superior, a modalidade a distância da educação vem, a partir dos anos 90, representando um avanço em direção ao alcance dessas políticas educacionais no Brasil.

De acordo com Santos (2008, p.70), “no que se refere à educação superior a distância, as ações desenvolvidas desde o início da década de 1990 demonstram que essa modalidade educativa começava a tomar novos rumos no cenário educativo brasileiro.”

Esses novos rumos se concretizaram com a apresentação ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei que visava à criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB.

O Sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, por meio do decreto 5.800/2006, em parceria com a ANDIFES e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância – DED/CAPES com vista à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. (ROCHA E CAMPOS, 2011, p.55)

Embora esse Projeto não tenha sido aprovado de imediato, determinou, ainda na década de 1990, as criações do Sistema Nacional de Educação a Distância e da Secretaria de Educação a Distância do MEC.

Contudo, somente em 2005 que a Universidade Aberta do Brasil - UAB constituiu-se em um Sistema Nacional para a oferta de ensino a distância, principalmente, naquele momento, pelas instituições federais de ensino.

No entanto, para se chegar à efetivação desse importante sistema, foi necessário que se expedisse, por intermédio da Secretaria de Ensino Superior,

a Portaria nº151, de 24 de maio de 1994, a qual em seu art. 1º, inciso I, estabelecia a criação de um grupo de trabalho que iria “sugerir políticas para a Educação Continuada e a Distância no Brasil, e medidas para sua implantação, no âmbito da Educação Superior” (BRASIL, MEC, 1994).

A Educação a Distância em nível superior no Brasil passa a ser respaldada pelo Decreto nº 1.237, de 6 de setembro de 1994, o qual criava sob a responsabilidade do MEC, o Sistema Nacional de Educação a Distância (SINEAD).

“... é possível perceber a importância que a EaD alcançou no cenário educacional brasileiro, no que se refere à democratização do Ensino Superior e a inclusão de uma fatia da população que não tem acesso à universidade presencial”. (FREIRE, 2013, p.47)

Esse sistema tinha como objetivos ampliar e diversificar a oferta de vagas no ensino público brasileiro, particularmente no ensino superior, por meio da ampliação do direito de acesso à educação para uma significativa parcela da população.

Em seu Artigo 1º, o Decreto previa que esse Sistema Nacional de Educação a Distância deveria

facilitar a todo cidadão, por meio da educação aberta, continuada e à distância, o acesso ao conhecimento social e científico disponível na sociedade brasileira e de servir de apoio à consecução dos propósitos do Plano Decenal de Educação para Todos, aplicando os recursos das comunicações, telecomunicações e informática no sistema educacional brasileiro (BRASIL, MEC, 1994).

Em decorrência da implantação desse Sistema, é criada em 1995 a Secretaria de Educação a Distância (SEED), vinculada ao Ministério da

Educação, o que representou, naquele momento, “uma estratégia para dar um salto de qualidade e para enfrentar os problemas de equidade do ensino num país de acentuadas desigualdades, múltiplas culturas e vasta extensão territorial” (BRASIL, MEC, SEED, 1995).

A implantação da então Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, tinha como objetivos

Estimular o desenvolvimento de tecnologia e metodologias alternativas de ensino, buscando ampliar o acesso à educação; desenvolver programas de âmbito nacional de formação e capacitação permanente de professores e gestores da rede pública de ensino, proporcionando condições que permitam introduzir melhorias no currículo e nos processos de aprendizagem; desenvolver programas de formação profissional, bem como de caráter cultural para atendimento a setores sociais mais amplos (BRASIL, MEC, 1996, p.15).

Não se pode ignorar que anteriormente a essas ações a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, já permitia e incentivava a expansão da Educação a Distância em nível superior no Brasil. Os seus artigos 80 e 87 previa o uso da educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino no país.

Tal prescrição legal, articulada ao processo de reforma da educação superior por meio da adoção do ideário da flexibilização, diversificação e diferenciação institucional, sinaliza que a EaD, enquanto política e estratégia na expansão da educação, especialmente da educação superior, estava sendo gestada no âmbito das políticas educativas, como uma modalidade a ser inexoravelmente implementada. (SANTOS, 2008, p. 55)

A partir da aprovação da LDB em 1996, foram criados decretos e portarias contendo normas e parâmetros para a educação a distância no país. Citamos, como exemplo, o Decreto 2.494, aprovado em fevereiro de 1998, que regulamentava o art. 80 da LDB e estabelecia parâmetros para a educação a

distância em nível de graduação, de pós-graduação (mestrado) e de ensino profissional e tecnológico.

Já em abril de 1998, a Portaria nº 301 do MEC, normatizava procedimentos para que as instituições se credenciassem para ofertar cursos a distância tanto de graduação quanto de educação profissional e tecnológica.

Em seguida, ainda em 1998, foram emitidos pelo Ministério da Educação, os Referenciais de Qualidade para Cursos a Distância, que serviam de orientação na elaboração dos Projetos de Cursos a Distância das instituições proponentes, bem como para guiar as Comissões de Especialistas que fossem analisar as propostas de oferta.

Esse documento orientava que, para oferecer cursos na modalidade a distância, as instituições deveriam observar dez itens básicos, a saber:

compromisso dos gestores; desenho do projeto; equipe profissional multidisciplinar; comunicação/interação entre os agentes; recursos educacionais; infraestrutura de apoio; avaliação contínua e abrangente; convênios e parcerias; transparência nas informações e sustentabilidade financeira.(BRASIL, REFERENCIAIS DE QUALIDADE, 1988)

A partir daí, as universidades passam a se credenciar para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância. E, como precursoras nesse processo, apresentam-se as Universidades Federais do Pará e do Ceará.

Alonso (1996, p. 57) diz que “falar sobre a EAD é um ato de muita coragem aqui no Brasil, embora tenha vários trabalhos sobre o tema, há uma resistência devido à forte base cultural do país”.

Segundo Romanelli apud Alonso (1996, p. 57), a história da educação brasileira era marcada pelo caráter elitista, pelo privilégio de determinados segmentos da população, devido

À forma como foi feita a colonização em terras brasileiras e, mais, a evolução da distribuição social, do controle político, aliadas ao uso de modelos importados de cultura, condicionaram a evolução da educação escolar no Brasil. A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar um instrumento de reforço das desigualdades. (p. 57)

Em decorrência das políticas de expansão do ensino superior no Brasil, o Ministério da Educação passa a incentivar e induzir ações educacionais voltadas para o ensino a distância, em meados dos anos 2000.

Para o Brasil, onde o ensino superior é desenvolvido principalmente por instituições privadas, a educação a distância passa a ser um fator de vertiginosa expansão e configura-se como uma forma de democratização do acesso às universidades.

A EaD é entendida como uma modalidade importante dos sistemas de formação, da mesma forma que o uso intenso e inovador das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a disponibilização de recursos educacionais (mídiotecas, centros de recursos técnicos, monitorias e tutorias) de forma ampla e democrática. (BELLONI, 2012, p. 55)

Na tentativa de promover a democratização do acesso ao ensino superior e minimizar os problemas relacionados à necessidade de formação de profissionais, principalmente na área da educação, o governo federal passa a investir em iniciativas de educação a distância (EaD) em todos os níveis.

Alonso (2010) afirma que as variáveis que se articulam na caracterização da EaD estão na base de dois documentos que foram fundamentais naquele momento para esse processo: o Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que indica os elementos necessários para credenciamento das instituições interessadas em tal modalidade e os “Parâmetros de Qualidade para a Educação a Distância”. Esses dois documentos foram definidores dos caminhos que se abriram e do tamanho da

expansão do ensino superior no país, a partir da oferta de cursos a distância, pela grande maioria das universidades federais.

Segundo Castro (1999) apud Alonso (2010, p.1324), a tendência “expansionista” do ensino superior evidencia uma política eficiente (expansão acelerada) no acesso ao ensino superior e, com a EaD não foi diferente.”

A implantação de projetos de ensino diversos na modalidade a distância como a TV Escola, o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), que visava à qualificação dos professores leigos em curso de educação a distância, o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), o Telecurso 2000, a formação de consórcios entre Instituições de Ensino Superior (Univir-CO, IniRede, Instituto Universidade Virtual Brasileira (IUVB), e mais outras ações desenvolvidas pelo MEC, por meios da Secretaria de Educação Básica (SEB) ou ainda da Secretaria de Educação Continuada e Diversidade (SECADI), comprovam a tentativa do governo federal de consolidação das políticas de EaD.

O investimento em programas que priorizassem a formação de professores, como a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica, desenvolvido com a participação das universidades que se constituem Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação, teve e tem como objetivo contribuir para a melhoria da formação dos professores e dos alunos desse nível de ensino.

O quadro 13 apresenta dados sobre aumento do número de cursos e matrículas da EaD entre os anos 2000 e 2006.

Quadro 10 – Cursos/Matrículas

Ano	Número de cursos/ alunos matriculados na EaD
2000	10 cursos de graduação
2003	52 cursos de graduação com cerca de 50 mil alunos

2003 e 2004	aumento de 571% em cursos na EaD e de 371% em alunos matriculados
2005	o número de alunos matriculados em EaD no nível superior cresce 2,6%
2006	o número de alunos matriculados em EaD no nível superior cresce 4,4%

Fonte: Alonso, 2010, Educação e Sociedade, disponível em: www.cedes.unicamp.br

O Censo do Ensino Superior de 2007 mostra que os cursos de graduação em EaD passaram a ser ofertados em 2006 em 97 instituições de ensino, representando um aumento vertiginoso de 89,4%, totalizando, naquele ano, 369.766 alunos matriculados.

Segundo o Anuário Brasileiro Estatístico de Educação a Distância de 2008 (ABRAD), estimou-se, neste ano, um total de 2.504.438 alunos matriculados nessa modalidade de ensino em todo o país, sendo 40% em graduações e 39% na pós-graduação *lato sensu*.

Nos últimos anos, o Ministério da Educação tem procurado regular a oferta da EaD, atuando, com rigor, na supervisão e avaliação das instituições que ofertam os cursos a distância, visando à qualidade desse ensino.

Alonso (2010, p.1333) aponta esses fatores como indicadores das tendências na expansão do ensino superior, aqui marcados pela EaD, mostrando que essa é “uma modalidade de movimento às vezes perturbadores e sempre desafiadores, denotando a lógica do “lugar” dessa modalidade no ensino superior brasileiro.”

Buscando responder a esse desafio, o governo federal lançou, no final de 2005, o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, que representou uma articulação entre MEC, Prefeituras Municipais e Universidades Públicas para a oferta de vagas no ensino superior, priorizando a formação de professores, por meio do lançamento do Edital UAB/001/2005.

A resposta a essa chamada foi imediata e representou a inserção da maioria das Instituições Federais de Ensino no cenário da EaD no país. Desde então, muitos cursos, de diferentes níveis, vêm sendo implantados nas universidades, que procuram se preparar, cada vez melhor, para a oferta de cursos de qualidade a uma população que se encontra dispersa nas mais variadas regiões brasileiras, distantes dos grandes centros universitários.

Consolida-se, então, o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, permitindo aos municípios, aos estados e ao Distrito Federal que apresentem propostas de implantação de Polos de Apoio Presencial para a oferta do ensino superior a distância e às instituições federais de ensino superior que proponham cursos superiores na mesma modalidade, a serem ofertados nesses polos de apoio.

A UAB passa a se responsabilizar por promover a articulação de instituições de ensino superior, municípios e estados, com base no artigo 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visando à democratização, expansão e interiorização da oferta do ensino superior público e gratuito no país, bem como ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologia inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada de professores da educação básica.

CAPÍTULO III

A UFSJ E O CURSO DE PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

No cenário das instituições federais de ensino superior brasileiras encontra-se a Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, que oferece o curso de Pedagogia a distância, que configura-se como objeto de investigação desse estudo.

A sede da UFSJ situa-se no município mineiro de São João del-Rei, o qual passa a ser caracterizado neste capítulo. Para isto, dividimos o capítulo em 4 partes. Buscamos situar e contextualizar os aspectos geográficos e específicos da localidade e da instituição em que desenvolvemos esta pesquisa.

3.1 CIDADE

3.1.1 História

No Campo das Vertentes do Estado brasileiro de Minas Gerais, encontra-se o município de São João del-Rei, que foi fundado no final do século XVII por taubateanos que eram liderados por Tomé Portes del Rei, que tornou-se o grande fundador.

FIGURA 1 – Limite territorial



Fonte: Google Maps 2015

Está localizada em um grande vale entre a Serra de São José (leste) e a Serra do Lenheiro (oeste). A cidade tem em média uma altitude de 898 metros em relação ao nível do mar, inserida também na bacia do Rio Grande, sendo o principal rio que banha a cidade o Rio das Mortes.



Fig. 2 – Posicionamento geográfico.
(21° 08' 00" Sul e 44° 15' 40" Oeste)

E em 1704, é que realmente teve início a história de São João del- Rei, quando nosso país era colônia de Portugal. Assim, o local foi nomeado como Arraial Novo Rio das Mortes, quando o lugar era explorado intensamente pela grande quantidade de ouro encontrada. Já no ano de 1709, o ouro e a cobiça trouxeram grande discórdia entre portugueses e paulistas, o que ocasionou a conhecida Guerra dos Emboabas, quando aconteceu também o “Capão da Traição”, ocasião em que os paulistas foram emboscados e chacinados pelos portugueses.

Para presentear Dom João V, o então rei de Portugal, o Arraial recebeu o nome de Vila de São João del- Rei, em 8 de dezembro de 1713. Nesta época, a agricultura, pecuária e o ouro permitiram o progresso e desenvolvimento da vila, que em 8 de dezembro de 1838 foi elevada à categoria de Cidade.

São João del- Rei sempre participou de decisões nacionais e estaduais, como a Sedição de Ouro Preto em 1833; Revolução Liberal em 1842; Revoluções de 1930, 1932 e 1964; e integrando-se as forças de paz da ONU em Angola e Haiti, por sediar o 11º Batalhão de Infantaria de Montanha,

Regimento Tiradentes, uma das Unidades do Exército Brasileiro, sendo parte indelével da história da tricentenária São João del-Rei.

Na cidade de São João del- Rei nasceram heróis nacionais que marcaram história antigas e atuais como: Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes – Mártir da Independência e Patrono Cívico da Nação Brasileira), Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira (heroína da Inconfidência), Tancredo de Almeida Neves (ex-presidente da República), Dom Lucas Moreira Neves (Cardeal) e Otto Lara Resende (escritor).

A cidade tem marcantes características, como as igrejas construídas no estilo barroco mineiro, desde o século XVIII. Algumas se destacam: Rosário (1720), Catedral-Basilica do Pilar (1721), Carmo (1733), Bonfim e Mercês (1769), São Francisco de Assis (1774), que se destacam pelos altares dourados, pelos detalhes da arquitetura da época e ornamentos com ouro. Também tem destaque, as Igrejas Senhor dos Montes, Santo Antônio e Nossa Senhora da Piedade do Bom Despacho (antigamente conhecida como capela da Cadeia).

As ruas históricas de São João del-Rei, trazem um pouco do ar e das marcas históricas e culturais da cidade, que foi marcada por um dos acontecimentos mais importantes do Brasil, a Inconfidência Mineira. O episódio teve como objetivo a luta pela liberdade e fim das altas taxas de impostos cobrados por Portugal. Para isso, em 1789, a população das cidades de São João del- Rei, Tiradentes e Vila Velha (hoje a cidade de Ouro Preto), se uniram contra a Coroa Portuguesa, escolhendo assim a Vila de São João del- Rei como capital mineira ao final de toda essa luta.

Diante do breve relato apresentado sobre a histórica São João del-Rei, percebemos que o cenário da cidade é uma mistura de estilos arquitetônicos, do barroco ao moderno, das tradicionais ruas antigas, das casas coloniais e das centenárias igrejas. Isso é até hoje preservado e cuidado pelo Patrimônio Histórico que não deixa a essência do local ficar abalada, o que sempre movimentava e alegrava as ruas, os belos hotéis e pousadas.

Figura 3



Fonte: www.google.com.br

De um simples arraial do século XVIII, a cidade de São João del-Rei se tornou um relevante polo comercial do Estado de Minas Gerais, focando-se no turismo. Uma atração marcante e que enche a cidade de turistas e foliões é o famoso carnaval, com blocos caricatos desfilando pelas ruas nos quatro dias de festa, sem falar nos blocos que desfilam no pré-carnaval, que são famosos e agitam a população são-joanense.

Outro festejo, sinal fiel e marcante da cidade, é a Semana Santa. Comemoração religiosa que movimenta, entusiasma e envolve os habitantes e um número considerado de turistas. A programação relembra as cenas da Paixão de Cristo, quando todas as igrejas históricas ficam abertas à visitação. Nas ruas da cidade a confecção de tapetes de areia, serragem e flores; comemorações teatrais, dança, música e canto fascina o público presente no Largo São Francisco.

Na cidade o turista também pode ter a sensação dos tempos do Brasil Colônia, com o encantador passeio de Maria Fumaça, que liga as cidades de São João del-Rei e Tiradentes, com uma locomotiva construída em 1881.

Figura 4



Fonte: www.google.com.br

Hoje, a cidade de São João del-Rei, possui mais de cem mil habitantes, distribuídos nos distritos de Emboabas, Rio das Mortes, São Gonçalo do Amarante, São Miguel do Cajuru e São Sebastião da Vitória, bem como em sete grandes bairros: Bonfim, Centro, Colônia do Marçal, Fábricas, Matozinhos, Senhor dos Montes e Tijuco.

O município de São João del-Rei é servido diretamente pelas rodovias BR 265 e 383 e pelas rodovias MG 338 e 332. Existe um aeroporto na cidade que fica distante 180 km de Belo Horizonte. O município conta com 2 hospitais e 6 jornais. A energia elétrica é fornecida pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e há prestação de serviços de telefonia fixa e móvel. (DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL, 2013); (MUNICÍPIOS DE MINAS GERAIS, 2013); (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, 2013).

3.1.2 Economia

A partir do século XIX, o crescimento econômico de São João del-Rei era baseado no comércio, o qual era a principal fonte de renda da cidade. O município, na época ainda Vila, era composto por 1.600 casas, 10 praças, 24 ruas, uma casa bancária, uma biblioteca, um hospital, um teatro, um cemitério público, um correio e também iluminação a base de querosene.

Os anos de 1881 e 1893, foram anos marcantes para o reforço do crescimento econômico, a Estrada de Ferro Oeste de Minas e a Companhia Industrial São-Joanense de Fiação e Tecelagem foram inauguradas,

respectivamente. A construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas foi construída para fazer ligação dos municípios da região a outros importantes pontos da Estrada de Ferro Central do Brasil, como: Barroso, Tiradentes e Divinópolis. Já a inauguração da Companhia Industrial São-Joanense de Fiação e Tecelagem foi uma grande fonte econômica para a região num todo, fazendo com que a cidade fosse novamente indicada para ser a capital do estado de Minas Gerais.

Apostando na cultura e no turismo, com a divulgação das igrejas, dos museus, de seu acervo arquitetônico e artístico, que continha importantes construções civis e religiosas, foi tombado em 1943 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), valorizando e muito a parte histórica da cidade.

Com sua tradição musical, tanto da linguagem dos sinos, ou mesmo pela música erudita tocadas pelas duas orquestras setecentistas existentes na cidade, hoje, São João del- Rei tem um grande orgulho dessa tradição; também possui a Sociedade de Concertos Sinfônicos e o Conservatório Estadual de Música. Talvez seja por esse amor à música, que a cidade possui um dos melhores e mais tradicionais eventos da região que dão peso ao calendário de eventos, como o conhecido carnaval e nos últimos anos o Festival de Inverno de São João del- Rei. Neste, fica visível a sensibilidade artística do povo da cidade e de muitos outros artistas regionais, nacionais e internacionais que frequentam e participam desse evento, movimentando sempre a cidade.

Localizada a 200 quilômetros da capital mineira, atualmente a cidade guarda a magia e encanto dos tempos em que o Brasil lutava pela independência, vivendo do turismo e do comércio. É um local aprazível para passear, conhecer e reviver um pouco da história de Minas Gerais.

Segundo dados do PNUD, Ipea e FJP, apud Plano Municipal de Saúde:

a renda per capita média de São João del- Rei cresceu 111,07% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 362,32, em 1991, para R\$ 546,07, em 2000, e para R\$ 764,74, em

2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 4,01%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,66%, entre 1991 e 2000, e 3,43%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 36,19%, em 1991, para 15,22%, em 2000, e para 7,22%, em 2010”.

O PIB (Produto Interno Bruto) a preços correntes do município de São João del- Rei gira em torno de R\$ 1.180.442.000,00, sendo o PIB per capita também em torno de R\$ 13.830. (Fonte: IBGE Cidades).

3.1.3 Educação

As primeiras informações de escola formal que se tem notícia em São João del- Rei datam do século XIX, da época em que a instrução básica do município era de responsabilidade do Governo da Província. Em caráter particular, essas escolas não atendiam à população, dada a escassez de professores qualificados e à dificuldade do Estado em construir escolas e adequá-las ao atendimento à classe estudantil da época.

No final do século XIX, a responsabilidade da educação básica foi transferida para o município e foram criadas unidades escolares em alguns distritos, não passando de oito escolas públicas na cidade, e nos distritos constavam o número de doze estabelecimentos de ensino.

Na época, não havia política educacional municipal direcionada para as questões de infraestrutura, aparecendo ainda outros fatores determinantes que impediam o provimento adequado das unidades escolares, como: professores leigos, dificuldade de locomoção, hospedagem e adaptação à cultura da zona rural.

Entretanto, no final do século XIX, observa-se que, com o tempo, a educação do nosso município torna-se famosa e procurada até por pessoas elitizadas de todo o estado de Minas Gerais. Com a criação do colégio Nossa Senhora das Dores e institucionalização do curso de formação de professores

neste mesmo colégio, as professoras passaram então a ser devidamente habilitadas para a docência.

Com tudo isso, a partir de 1927, as escolas públicas municipais passaram a ser de responsabilidade do governo do Estado, com a justificativa de que a Câmara Municipal não poderia destinar mais do que 10% da sua verba para instrução básica.

Em 1934, através de um decreto específico, a instrução pública, até então, na sua quase totalidade de responsabilidade do Estado, passou a ser programa executado pelo Município que assumiu todas as escolas rurais nesta década. Assim, foi solicitado a criação e reestabelecimento de várias escolas rurais que, nesta época a despesa corria por conta da Prefeitura.

A partir de 1987, foi criada a Secretaria Municipal de Educação de São João del-Rei, que buscou levantar dados da realidade escolar local e da zona rural nos aspectos administrativos e pedagógicos, para que as prioridades pudessem ser detectadas e, posteriormente, transformadas em ações.

Já em 1993, foi instituído o Conselho Municipal de Educação de São João del-Rei, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, como órgão consultivo, executivo e deliberativo da política municipal de educação, tendo como objetivo fundamental “assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar das definições das diretrizes da educação no município, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais” (Plano Municipal de Educação, 2000).

Somente no Censo Demográfico do IBGE de 2000/2005 e através da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais é que foi possível alguns dados quantitativos da situação do município, documentos que não estão disponíveis e nem concluídos pela Secretaria de Educação do município.

Quadro 11: Grau de Escolaridade da População por Faixa Etária 2000

Faixa	Porcentagem	% com menos de 4 anos	% com menos de 8 anos	% com menos de 11 anos
7 a 10	6,12	-	-	-

11 a 14	0,58	14,18	-	-
15 a 17	1,11	3,18	-	-
18 a 20	1,91	4,96	30,47	70,91
21 a 24	1,48	7,31	37,4	66,09
25 ou mais	7,55	21,52	63,84	76,91

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

Após a explanação do quadro e dados acima, no município de São João del-Rei, observa-se que o grau de escolaridade da população se dá por completo, em sua maioria, entre 18 a 20 anos, com uma porcentagem de 70,91%, o que mostra que o percentual está dentro do esperado em relação formação/idade, menos de 11 anos de escola.

Quadro 12: Matrículas, por Dependência Administrativa e Nível de Ensino 2003

Nível	Total	Dependência Administrativa		
		Estadual	Municipal	Particular
Infantil	3.114	104	1.825	1.215
Creche	295	0	0	295
Pré-escola	2.849	104	1.825	920
Fundamental	12.937	7.937	3.017	1.983
1º a 4ª	6.405	3.388	2.127	890
5ª a 8ª	6.532	4.549	890	1.093
Médio	4.427	3.650	0	777

Fonte: Secretaria de Estado da Educação – Censo Escolar

Em São João del-Rei, o número maior de matrículas se concentra no Ensino Fundamental, onde é ofertado esse nível de escolaridade por escolas Estaduais, com 7.937 alunos; Municipais, com 3.017 alunos e as particulares com 1.983 alunos matriculados. Nota-se o quanto a procura por escolas Estaduais têm um número bem elevado em comparação com as Escolas Municipais e Particulares. O Estado de Minas Gerais tem uma grande responsabilidade na formação estudantil da população do município.

Quadro 13: Número de Escolas por Dependência administrativa e Nível de Ensino (2003)

Nível de Ensino	Número de Escolas			
	Total	Dependência Administrativa		
		Estaduais	Municipais	Particulares
Creche	27	0	0	27
Pré-escola	44	1	16	27
1ª a 4ª série	50	13	29	8
5ª a 8ª série	20	12	3	5
Médio	11	6	0	5

Fonte: Secretaria de Estado da Educação – Censo Escolar

As escolas na cidade que atendem as séries iniciais do Ensino Fundamental são maioria, e estão sob a responsabilidade do Estado e Município. Nas escolas particulares a procura maior é pela Creche e Pré-escola. Já o Ensino Médio, está presente e é atendido por um menor número de escolas, que são de responsabilidade do Estado, sendo que a Rede Particular quase se iguala nessa oferta.

Na cidade, o total de escolas Particulares, analisando todos os segmentos de Ensino, aparece na liderança em número de estabelecimentos com 72 escolas, seguida pelas escolas Municipais com 48 e pelas Estaduais com o total de 32 escolas.

Quadro 14: Matrícula do Ensino de Jovens e Adultos (2005)

Município	Dependência	Nº de escolas	Nº de alunos Ens. Fund.	Nº de alunos Ens. Médio
São João del-Rei	Estadual	4	340	977
	Municipal	3	722	-
	Privada	2	26	116
	Total	9	1.088	1.093

Fonte: Secretária Municipal de Ensino e Secretaria Regional de Ensino

Já no que se refere ao Ensino de Jovens e Adultos, a maior procura está no Ensino Médio, com um total de 9 escolas ofertantes com um número de 1.093 matrículas, sendo que essa modalidade de ensino não é ofertada pelo município, sendo então responsabilidade do Estado e de escolas privadas.

O município se destaca na oferta do Ensino de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental, com um número bem elevado, se comparado com o Estado e Rede Privada, tem 722 matriculados nas séries iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Já as escolas de Ensino de Jovens e Adultos com oferta do Ensino Médio, tem destaque as do Estado, com 977 matriculados. A Rede Particular apresenta um número significativo de matrículas também no Ensino Médio, com 116 alunos, número este que fica bem inferior quando comparado com a outra rede de ensino.

Quadro 15: Cursos técnicos e profissionalizantes oferecidos no município – 2005 – nº de alunos por estabelecimento

Estabelecimentos	Alunos
Sesi/Senai	930
Cenep	480
Escola de Saúde Antonina Neves	78

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Quanto aos cursos profissionalizantes no município, todos eles são oferecidos pelas instituições particulares, ultrapassando 1.000 alunos que procuram por essa modalidade de ensino.

Os cursos ofertados pelas três instituições são voltados para as mais diversas áreas, como: Técnico em Segurança do Trabalho, Técnico em Administração, Técnico em Enfermagem, Técnico em Estética, dentre outros.

A instituição Sesi/Senai é a que tem maior diversidade de oferta e de vagas na cidade, e a que gera menos gastos aos seus alunos, o que vem fazer algum diferencial dentre as outras.

Quadro 16: Número de alunos com necessidades especiais incluídos na escola regular nos anos 2002 a 2005

Alunos e escolas da Educação Inclusiva				
	2002	2003	2004	2005
Nº de escolas atendidas	19	20	0	6
Nº de alunos incluídos	23	28	17	15

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

De acordo com o quadro acima, as escolas do município também atendem aos alunos com necessidades especiais, têm um desnível significativo se comparado a cada ano, o que demonstra que o trabalho de inclusão foi maior em 2003 vindo a diminuir nos anos seguintes.

Quadro 17: Funções Docentes existentes na Rede Municipal – 2005

Regimento de trabalho		
Efetivos	Contratados	Total
232	57	289

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Dentro da Rede Municipal, o total de professores na ativa é de 289, sendo que a grande maioria é efetivo e uma pequena quantidade de contratados. Esses dados mostram que houve empenho da Secretaria Municipal de Educação em investir em concurso para efetivação de professores, porém o número de professores contratados no ano citado ainda era alto.

O fato de se ter um bom número de professores já com vínculo efetivo na rede municipal, pode representar uma boa condição para a continuidade do trabalho com os alunos e um aproveitamento maior das capacitações oferecidas aos profissionais da educação pela Secretaria.

Quadro 18: Dados Financeiros do Município – 2005

Educação (25% ou mais)	25%	R\$ 5.930.794,32	Aplicado: 30,43%	R\$ 7.218.876,73
Ensino Fundamental	15%	R\$ 3.558.476,59	Aplicado: 69,08%	R\$ 4.097.068,50

Fonte: Secretaria Municipal de Educação - Censo

O município teve um gasto total com a educação em torno de R\$7.218.876,73, sendo que mais da metade foi destinado ao Ensino Fundamental.

Esses dados demonstram que grande parte dos recursos financeiros são direcionados ao ensino fundamental, seguindo a lógica de que cabe ao município a responsabilidade por esse segmento da educação, principalmente, no que diz respeito ao anos iniciais, conforme prevê a LDB em vigor.

Todas essas informações e os números apresentados sobre a Educação no município revelam o direcionamento das ações desenvolvidas pela Gestão Municipal nos referidos anos, dando assim uma visão do cenário na rede municipal de educação.

3.2 HISTÓRICO E ESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Para se entender melhor esse cenário em questão, é válido lembrar um pouco da história da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), que originou-se de três instituições de ensino superior existentes em São João del-Rei, na década de 1980: Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e Faculdade de Engenharia Industrial.

É num contexto de resgate histórico que nasce a Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (FUNREI), após a assinatura da Lei nº 7.555 de 18 de dezembro de 1986 pelo então Presidente José Sarney. Finalmente, em 19 de abril de 2002, a instituição é transformada em Universidade Federal, Lei 10.425.

A UFSJ conta, hoje, com três *campi* em São João del-Rei: Santo Antônio, Dom Bosco e Tancredo Neves, além do Centro Cultural Risoleta Neves, conhecido historicamente como "Solar da Baronesa". Em São João del-Rei são oferecidas 1460 vagas a cada ano, distribuídas entre os seguintes cursos de graduação: Administração (integral e noturno), Arquitetura e Urbanismo (integral), Artes Aplicadas (noturno), Ciências Biológicas (integral e noturno), Ciências Contábeis (noturno), Ciência da Computação (integral), Ciências Econômicas (noturno), Comunicação Social (noturno), Educação Física (integral), Engenharia Elétrica (integral e noturno), Engenharia Mecânica (integral e noturno), Engenharia de Produção (noturno), Filosofia (noturno), Física (integral e noturno), História (noturno), Geografia (integral e noturno), Letras (noturno), Matemática (noturno), Música (integral), Teatro (noturno), Pedagogia (noturno), Psicologia (integral e noturno), Química (integral e noturno) e Zootecnia (integral).

Para atender ao projeto de expansão do governo federal, a UFSJ implantou, em 2008, o Campus Alto Paraopeba, situado na região de mesmo nome com área nos municípios de Ouro Branco e Congonhas. Essa unidade da UFSJ oferece 500 vagas por ano, distribuídas entre cinco cursos de graduação na área de Engenharia, todos no período noturno, sendo eles: Engenharia Civil, com ênfase em estruturas metálicas, Engenharia de Bioprocessos, Engenharia Mecatrônica, Engenharia de Telecomunicações e Engenharia Química.

Também em 2008, houve a implantação da quinta unidade da instituição, situada no município de Divinópolis, o Campus Centro-Oeste Dona Lindu, que oferece 340 vagas a cada ano, somadas as vagas dos quatro cursos na área de Saúde: Bioquímica, Enfermagem, Farmácia e Medicina.

Em 2010, a cidade de Sete Lagoas recebeu outro campus da UFSJ, o sexto, que leva o nome da cidade e oferece 200 vagas àquela comunidade, através dos cursos de Engenharia Agrônômica e Engenharia de Alimentos.

Para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, a UFSJ contava, em novembro de 2012, com um quadro constituído de 637 docentes efetivos e 420 técnicos-administrativos. O alto padrão de formação de seu quadro profissional aliado à oferta majoritária de cursos noturnos faz da UFSJ uma instituição pública de alta qualidade e destacadamente inclusiva.

A Pós-Graduação da UFSJ oferece, em nível de mestrado e doutorado (Stricto Sensu) os seguintes programas:

Quadro 19 – Cursos Pós-Graduação UFSJ

Programa	Mestrado	Doutorado
FQMat - Programa de Pós-Graduação em Física e Química dos Materiais	X	X
PGHIS - Programa de Pós-Graduação em História	X	
PPBE - Programa de Pós-Graduação em Bioengenharia	X	X
PPEDU - Programa de Pós-Graduação em Processos Socioeducativos e Práticas Escolares	X	
PPGBiotec - Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia	X	
PPGCA - Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias	X	
PPGCS - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde	X	
PPGEE - Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Energia	X	
PPGEL - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica	X	
PPGF - Programa de Pós-Graduação em Física	X	

PPGPSI - Programa de Pós-Graduação em Psicologia	X	
PPGTDS - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável	X	
PPMEC - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica	X	
PROMEL - Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Crítica da Cultura	X	
PROFMAT - Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional	X	

Fonte: Plano de desenvolvimento Institucional UFSJ

Desde 1997, a Universidade Federal de São João del-Rei vem ofertando Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu (Especialização) em diversas áreas, no total, atualmente, são sete, podemos citar como exemplo a Pós-Graduação Lato Sensu em Administração; a MBA em Gestão Estratégica e de Pessoas; MBA em Gestão Pública; a Pós-Graduação Lato Sensu de Residência em Área Profissional de Saúde.

Além dessas especializações presenciais, a UFSJ ministra, na modalidade a distância (EaD), as seguintes pós-graduações lato sensu: Educação Empreendedora; Práticas de Letramento e Alfabetização; Matemática; Mídias na Educação; Gestão Pública; Gestão em Saúde e Gestão Pública Municipal. Nessa modalidade, a UFSJ oferece ainda o Mestrado Profissional em Matemática – PROFMAT e os cursos de graduação em Administração Pública, Pedagogia, Matemática, Filosofia, além de vários cursos de extensão.

A UFSJ destaca-se na região, especialmente, por atender alunos trabalhadores ao ofertar cursos noturnos, além de capacitar amplamente profissionais da educação que se formam em seus cursos de licenciatura, bem como atende as indústrias siderúrgicas que se encontram no entorno de seus campi por meio dos seus mais variados cursos de engenharia.

Embora ainda seja uma universidade jovem, tem em seu quadro a maioria de docentes com mestrado (25%) e doutorado (70%), o que qualifica as atividades realizadas no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão.

Recentemente a área das Ciências da Saúde se consolidou com a oferta do curso de Medicina em dois de seus campi: Campus Centro Oeste Dona Lindu e Campos Dom Bosco, o que contribuirá para melhoria dos serviços nesta área.

Além disso, destaca-se a contribuição que a instituição tem dado a formação de professores, efetivada pelo ensino a distância que vem se ampliando paulatinamente, coordenado pelo Núcleo de Educação a Distância.

Dessa forma, a Universidade Federal de São João del- Rei, por meio de seu Núcleo de Educação a Distância, ingressou no rol das instituições de ensino que têm buscado ampliar suas vagas nos cursos superiores ofertados, por meio do aprimoramento e da disponibilização de recursos tecnológicos, que se configuram como elementos facilitadores da apropriação dos saberes.

3.3 O NEAD/UFSJ no contexto das Políticas de Expansão

E é nesse contexto que se instala o Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), atendendo a uma chamada do Ministério da Educação às Instituições Públicas de Ensino Superior para a oferta e/ou ampliação de vagas nesse nível de escolaridade, pela modalidade de ensino a distância.

Com a adesão ao Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, inicialmente implementado pela extinta Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação (MEC) e hoje alocado na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a UFSJ passou a fazer parte do cenário educacional do país, composto pela maioria das universidades federais, para o oferecimento efetivo de ensino a distância.

O Núcleo de Educação a Distância (NEAD) da Universidade Federal de São João del- Rei, foi criado no ano de 2007, iniciando-se em um processo com a adesão ao Consórcio Pró-Formar em 2004, processo ao qual tinha a junção das Universidades Federal de Lavras, Federal de Mato Grosso, Federal de Ouro Preto, do Estado de Mato Grosso, Federal do Mato Grosso do Sul e Federal do Espírito Santo, e que trouxe o credenciamento provisório da UFSJ na Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O Conselho Universitário institucionalizou o NEAD no ano de 2008, por meio da Resolução nº 012, de 27 de março de 2008, sendo uma unidade vinculada à Reitoria, com competência para implementar políticas e diretrizes para a Educação a Distância (EaD), estabelecidas no âmbito da UFSJ.

O NEAD tem Regimento próprio, assumindo “status” de uma Unidade Administrativa para gerir suas ações, bem como garantir a implantação, implementação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo educativo na modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

À medida que chamadas são disponibilizadas, pelo MEC/UAB/CAPES, por meio de editais, o NEAD vem acatando e se comprometendo com a consolidação da política pública educacional traduzida na expansão do ensino superior.

Para tanto o NEAD ofereceu e ainda oferece os seguintes cursos:

Quadro 20 – Cursos ofertados NEAD/UFSJ

Curso	Aperfeiçoamento	Graduação	Especialização	Ano
Educação Empreendedora			X	Desde 2007
Práticas de Letramento e Alfabetização			X	Desde 2007
Matemática			X	Desde 2008

Educação para as Relações Étnico-Raciais	X			2009
Educação Ambiental	X			2009
Dependência Química			X	2009
Mídias na Educação			X	Desde 2010
Bacharelado em Administração Pública		X		Desde 2010
Licenciatura em Matemática		X		Desde 2010
Licenciatura em Pedagogia		X		Desde 2010
Licenciatura em Filosofia		X		Desde 2012
Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação	X			Desde 2013
Cultura e História dos Povos Indígenas	X			Desde 2014
Educação do Campo	X			Desde 2014

Fonte: PPP do curso de Pedagogia a distância da UFSJ

A UFSJ oferece ainda, desde 2013, um Mestrado Profissional em Matemática, vinculado a UAB/CAPES.

Todas as ações desenvolvidas pelo núcleo estão integradas às Unidades Administrativas da UFSJ, compostas pelas Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa e

Pós-graduação, Extensão, Administrativa, Planejamento e Desenvolvimento de Pessoas e Assessorias.

Objetivando ampliar sua capacidade de conceber, desenvolver e implementar cursos e outras ações de EaD, especialmente dirigidas a demandas de populações residentes em regiões que não possuem Instituições de Ensino Superior e de profissionais em serviço que necessitam de formação, o NEAD apresentou como uma das metas a implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.

3.4 A implantação do Curso de Pedagogia a distância da UFSJ

O curso de Pedagogia a Distância da Universidade Federal de São João del-Rei é uma resposta à demanda por formação de professores que estão em exercício nas redes públicas de ensino no Brasil. Infelizmente, mesmo com uma série de projetos realizados nos últimos anos para solucionar essa questão, o quantitativo de professores que atuam sem uma formação específica ainda surpreende.

Considerando todos os professores e professoras do ensino fundamental, em todos os níveis e áreas de atuação, existem, no Brasil, de acordo com o Educacenso 2007, cerca de 600 mil professores atuando sem graduação ou em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram.

O diferencial no atual quadro político foi a implementação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em abril de 2007, que condicionou o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação à assinatura, pelos estados e municípios, do plano de metas denominado “Compromisso Todos pela Educação”. Essa adesão pressupõe, no âmbito dos estados e municípios, a elaboração do “Plano de Ações Articuladas” (PAR), que é o planejamento multidimensional da política da educação que cada município deve fazer até o ano de 2011.

Diante dos dados anteriormente apresentados, a formação inicial de professores em exercício da rede pública da educação básica é uma prioridade

do PAR, para tanto, instituiu-se, por meio do Decreto 6755/2009, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas. Faz parte dessas diretrizes políticas a criação de Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente cuja incumbência é a formulação e acompanhamento do plano estratégico em cada estado visando à formação de 330 mil professores que atuam na Educação Básica e ainda não são graduados, ou seja, 50% da demanda no Brasil, segundo o Educacenso 2007, já citado.

No Estado de Minas Gerais, a formulação desse Plano estratégico e emergencial de formação de professores contou com a participação das IFES – Instituições Federais de Ensino Superior. Entre elas, a UFSJ se comprometeu com a reserva de vagas em alguns cursos presenciais e o oferecimento de cursos de graduação a distância em diferentes áreas.

No caso do curso de Pedagogia, nos encontros para a elaboração do plano estratégico de Minas Gerais, foram discutidos os polos e números de vagas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior. O NEAD/UFSJ optou por manter os polos onde já atua com cursos de especialização a distância, buscando, então, os dados relativos tanto à demanda pelo curso de pedagogia nesses polos quanto a ofertas possivelmente já existentes.

Nesse sentido, o NEAD/UFSJ ofereceu a primeira licenciatura no curso de Pedagogia, prioritariamente, para professores que atuam na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, nas redes públicas de ensino de Minas Gerais. Inicialmente foram definidos os polos de Barbacena, Barroso, Itamonte, Juiz de Fora, Pompéu, São João del-Rei e Timóteo. Mas devido a avaliação dos polos realizada em meados de 2010, alguns polos ficaram inviabilizados de oferecer o curso.

Diante dessa nova configuração, reorganizou-se os polos, ficando, então, os de São João del-Rei, Timóteo, Itamonte, Pompéu, Juiz de Fora, Francisco Sá e Formiga.

O curso é ofertado também em seis polos do estado de São Paulo que já são atendidos com outros cursos oferecidos pelo NEAD, uma vez que esses polos fizeram solicitação explícita por telefone ou e-mail para que também pudessem oferecer o curso de Pedagogia a seus professores, ficando preservadas, dessa forma, as características da demanda, ou seja, professores que atuam na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, nas redes públicas de ensino. Esses polos são: Diadema, Franca, Matão, São José do Rio Preto, Serrana e Votorantim.

3.4.1 Da Organização Curricular do Curso de Pedagogia

O curso de Pedagogia EaD da UFSJ estrutura-se com a seguinte grade curricular, que atende às Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislação pertinente.

Quadro 21: Organização curricular

Semestre	Disciplinas	Carga horária/disciplinas	Integralização de carga horária
1º	Fundamentos da Educação a distância	72	360
	Psicologia da educação	72	
	História da educação	72	
	Filosofia da educação	72	
	Arte-Educação	72	
2º	Organização da Educação Brasileira	72	360
	Sociologia da educação	72	
	Desenvolvimento e aprendizagem	72	
	Teorias do Currículo	72	
	Didática	72	
3º	História e ensino	72	360
	Alfabetização e letramento	72	
	Ludicidade e desenvolvimento Infantil	36	
	Pesquisa em Educação	72	
	Educação ambiental	36	
	Prática Pedagógica I	72	
4º	Gestão educacional	72	378
	Literatura Infantil	72	
	Geografia e ensino	72	
	Língua Portuguesa e ensino	72	
	Estágio Supervisionado	90	
5º	Alfabetização e letramento matemático	72	396
	Políticas de atendimento à infância	72	
	Avaliação educacional I	72	
	Educação inclusiva	72	

	Disciplina eletiva	36	
	Prática Pedagógica II	72	
6°	Currículo e planejamento na EI	36	414
	Matemática e ensino	72	
	Jogos e recreação	72	
	Avaliação educacional II	72	
	Prática pedagógica III	72	
	Estágio Supervisionado II	90	
7°	Currículo e planejamento nos anos iniciais do EF	36	378
	Fundamentos e Didática da Educação de Jovens e Adultos	72	
	Ciências Naturais e ensino	72	
	Disciplina eletiva	36	
	Prática Pedagógica IV	72	
	Estágio Supervisionado III	90	
8°	Libras	72	540
	Seminários de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso	36	
	Disciplina eletiva	36	
	Estágio Supervisionado IV	90	
	TCC (monografia)	306	

Fonte: PPP do curso de Pedagogia a distância da UFSJ

Essa organização curricular é semelhante à organização do curso de Pedagogia na modalidade presencial e atende às exigências legais quanto à carga horária total, carga horária de estágio e de prática de ensino, presença de unidades curriculares relativas à Linguagem Brasileira de Sinais e Educação Ambiental, além da finalização do curso com um trabalho de conclusão,

Dessa forma, o aluno do curso de Pedagogia a distância terá o mesmo nível de formação do aluno do curso presencial, o que contempla as tendências de convergência dessas duas modalidades de ensino, postas nos debates atuais.

3.4.2 Dos profissionais envolvidos

O curso conta, para a realização de suas atividades administrativas e pedagógicas, com um corpo de profissionais formado por:

Quadro 22: Profissionais

01	Coordenador de curso
01	Vice coordenador
01	Coordenador de tutoria
20	Professores de disciplinas
25	Professores Supervisores de estágio
32	Professores Orientadores de TCC
65	Tutores a distância
54	Tutores presenciais
02	Secretários de curso
01	Revisor ortográfico
01	Revisor de conteúdo
01	Suporte de rede
01	Designer instrucional
01	Webdesigner

Fonte: PPP do curso de Pedagogia a distância da UFSJ

As atribuições de cada um desses profissionais, passa a ser caracterizada a seguir:

Coordenador de curso

Fazer a gestão administrativa, financeira e pedagógica do curso ao qual pertence.

Vice coordenador de curso

Auxiliar e substituir o coordenador de curso nas suas funções, sempre que necessário.

Coordenador de Tutoria

Selecionar, capacitar, acompanhar e avaliar o trabalho dos tutores presenciais e a distância.

Professor de disciplinas

Selecionar e preparar conteúdos, bem como capacitar os tutores nesses conteúdos, preparando atividades e avaliações e acompanhando as aulas pela plataforma enquanto sua disciplina estiver em oferta.

Professor supervisor de estágio

Acompanhar a realização das atividades de estágio dos alunos, elaborando normas e orientações e avaliando o desempenho dos mesmos com ajuda de profissionais das escolas onde se deu a atividade.

Professor orientador de TCC

Orientar o planejamento, a execução e a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso dos alunos que lhe forem indicados, seguindo normas legais vigentes e de acordo com o Projeto Pedagógico do curso.

Secretário de curso

Realizar atividades de secretariado necessárias ao bom funcionamento do curso, prestando atendimento aos coordenadores, professores, tutores e alunos sempre que solicitado.

Tutor Presencial

Prestar atendimento ao aluno no Polo de Apoio Presencial de sua abrangência, seguindo as orientações da equipe responsável pelo curso e do coordenador de seu Polo.

Tutor a distância

Auxiliar o aluno nos seus estudos de acordo com as orientações e exigências dos professores dos respectivos conteúdos que compõem a grade curricular do curso.

Revisor de Conteúdo

Revisar o conteúdo do material didático, tanto impresso quanto digital, produzido pelos profissionais do curso.

Revisor Ortográfico

Fazer a revisão ortográfica do material didático, tanto impresso quanto digital, produzido pelos profissionais do curso.

Suporte de Rede

Realizar as atividades acadêmicas e pedagógicas no âmbito do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, prestando assessoria tecnológica à coordenação do curso.

Webdesigner

Prestar atendimento tecnológico ao curso no que diz respeito às atividades de desenvolvimento e suporte na área digital.

Designer Instrucional

Colaborar com os professores do curso na construção do material didático que será disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA.

Esse diversificado quadro de profissionais necessita trabalhar em grande sintonia, dentro dos necessários prazos determinados pela modalidade de ensino a distância para que os alunos tenham, de acordo com o Projeto Pedagógico do curso e, no momento planejado, a oferta das unidades curriculares previstas, seus registros acadêmicos garantidos e o devido acesso ao material didático tanto impresso quanto digital.

CAPÍTULO IV

MÉTODO, EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante da necessidade de se conhecer, de conhecer o outro, de conhecer o mundo, é que procuramos e nos indagamos sempre, fomentando respostas claras e objetivas. É através de nossas experiências, de nosso dia a dia, de nossa vida, que buscamos entender nossa realidade, compreendendo assim as nossas ideias e nossa construção perante o mundo. Dessa forma, buscamos o conhecimento num processo contínuo e dinâmico, para construir significados de algo ainda desconhecido.

A pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem. Para esta atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação e intervir no seu mundo para construí-lo adequado à sua vida (ANDRÉ, 1991, p. 40).

O conhecimento baseia-se na procura do saber, na pesquisa, na dúvida e no seu entendimento. Podemos dizer então, que conhecer é também pesquisar, e pesquisar é analisar e buscar definições para seus estudos.

4.1 DO MÉTODO

Pretendeu-se, neste estudo, realizar uma pesquisa qualitativa no intuito de se detectar características, sistematizar e analisar dados levantados em depoimentos, documentos e posições de autores diversos.

A expressão "pesquisa qualitativa" assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar

o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação (MAANEN, 1979a, p.520). Em sua maioria, os estudos qualitativos são feitos no local de origem dos dados; não impedem o pesquisador de empregar a lógica do empirismo científico (adequada para fenômenos claramente definidos), mas partem da suposição de que seja mais apropriado empregar a perspectiva da análise fenomenológica, quando se trata de fenômenos singulares e dotados de certo grau de ambigüidade. (NEVES, 1996, p.1).

Nessa direção, foram realizadas as análises dos dados coletados e as discussões pertinentes, a partir dos instrumentos de pesquisa que serão explicitados a seguir.

4.2 DOS INSTRUMENTOS

Para alcançar o objetivo da pesquisa foi realizado um estudo bibliográfico voltado para a temática em questão, além da análise de documentos relativos à implantação e implementação do curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, quais sejam: Projeto Pedagógico do curso, legislação pertinente a EaD e expansão do ensino superior.

Para que o investigador não se perca na “floresta” das coisas escritas, deve iniciar seu estudo com a definição clara dos objetivos, para poder julgar que tipo de documentação será adequada às suas finalidades. (LAKATOS e MARCONI, 2008, p.178)

Para respaldar as informações obtidas no estudo bibliográfico e na análise documental também foram realizados levantamentos e coleta de dados com o desenvolvimento de um trabalho de campo, onde, através da pesquisa participativa, foram feitas observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas com profissionais do curso de Pedagogia a distância da UFSJ.

Sobre a pesquisa participativa, Lakatos e Marconi (2008, p. 195) explicam que

Consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste.

Para as entrevistas semiestruturadas, os profissionais selecionados foram os 2 coordenadores do NEAD/UFSJ, 2 coordenadores do curso de Pedagogia a distância da UFSJ, que também são professores formadores do curso, e 2 tutores, sendo 1 tutor a distância e 1 presencial, de polos aleatoriamente selecionados.

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (LAKATOS e MARCONI, 2008, p. 199).

Buscando seguir essas orientações de Lakatos e Marconi, teve-se como preocupação a construção de questões abertas em uma clima de informalidade, deixando, assim, os entrevistados a vontade.

O trabalho de entrevistas desenrolou-se na mais perfeita tranquilidade, tendo a colaboração da maioria dos entrevistados no que se refere ao retorno dado à pesquisadora.

Em seguida, serão apresentadas as perguntas que foram direcionadas aos profissionais sujeitos dessa pesquisa.

4.3 DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

A entrevista realizada com profissionais ligados ao curso de Pedagogia a Distância foi orientada pelas seguintes questões:

1. Qual e como se deu a sua inserção no curso de Pedagogia do NEAD/UFSJ?
2. Qual a sua percepção sobre as tensões ocorridas na implantação deste curso?

3. Quais adequações institucionais foram necessárias para a implementação deste curso?
4. Como você vê o curso de Pedagogia no contexto da Política de Expansão do Ensino Superior brasileiro?
5. Que limitações e facilidades você apontaria em relação ao desenvolvimento do curso?

O trabalho de campo foi feito durante os meses de dezembro de 2014 a janeiro de 2015. Nesse período, dois professores coordenadores estavam ausentes do país, por esse motivo a entrevista foi respondida por escrito, o que não veio a atrapalhar a dinâmica proposta.

4.4 DA ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise dos dados coletados foi trabalhado todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, as anotações de campo e os relatos das observações, as transcrições das entrevistas, as análises dos documentos do curso e outras informações fornecidas pelos instrumentos de coleta.

Utilizou-se, para tratamento dos dados obtidos, o método de análise de conteúdo, que tem como objetivo, segundo Chizzotti (1992, p.98), “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Esse método é definido por Bardin em Triviños (1989, p. 169), como

um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Ao recomendar o emprego desse método, Triviños (1989, p.159-160) se reporta à Bardin, ao afirmar que ele presta para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências”, completando ainda com o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza.

Serão consideradas nessa pesquisa as três etapas básicas do método de análise de conteúdo que são assinaladas por Bardin, citada por Triviños (1989, p.161-162) como:

- Pré-análise: organização do material;
- Descrição analítica: descrição do conteúdo das respostas dos entrevistados e apresentação de respostas que exemplificam a análise;
- Interpretação referencial: interpretação das respostas à luz da configuração (conceitos e imagens).

Ao se adotar essas etapas, reforçam-se os dizeres de Triviños (1989, p. 160), quando coloca que o método de análise de conteúdo, de Bardin, “é o conjunto de técnicas de análises de comunicação, um meio para estudar as comunicações entre os homens, colocando ênfase no conteúdo das mensagens”.

4.4.1 Análise das respostas das entrevistas

4.4.1.1 Percepção de Professores e Tutores

4.4.1.1.1 Questão 1

Com relação à questão qual e como se deu a sua inserção no curso de Pedagogia do NEAD/UFSJ, tivemos:

A análise é da entrevistada 1, que é do Departamento de Ciências da Educação da UFSJ ao qual o curso em pesquisa está vinculado. Desde que o curso de Pedagogia a Distância foi implantado, ela atuou como coordenadora de tutores, no período de agosto de 2011 a setembro de 2014. Atualmente, exerce a função de professora conteudista do mesmo curso e de outros cursos também oferecidos pelo NEAD/UFSJ.

Já a entrevistada 2, antes mesmo de tomar posse na UFSJ, foi chamada para uma reunião, na qual foi comunicada que seria ela a coordenadora do curso de Pedagogia a distância, que ainda estava em fase de implantação. A mesma nunca havia trabalhado com essa modalidade de ensino, e a própria Universidade estava em fase de implantação do primeiro curso de graduação a distância. Por isso, ao assumir o cargo de professora e concomitantemente coordenadora, ela passou a produzir o projeto pedagógico do curso em fase inicial de elaboração juntamente com uma pequena equipe.

Já a entrevistada 3 acompanhou o curso na época de sua implantação como Coordenadora Pedagógica do NEAD. Hoje, atua como Coordenadora Geral do NEAD e professora das disciplinas Avaliação Educacional, Avaliação Educacional I e Escola e Violência do curso em pesquisa.

O entrevistado 4, atuou na época de implantação do curso de Pedagogia a distância como Coordenador Geral do NEAD, e, posteriormente, como Coordenador do curso em pesquisa. Hoje, vem atuando como professor conteudista no mesmo curso e em outros cursos oferecidos pelo NEAD/UFSJ. O entrevistado coloca que sua participação na implantação do curso de Pedagogia foi no sentido de:

“1- contribuir com a formação de professores para os anos iniciais e educação infantil, principalmente em localidades onde não há acesso ou acesso muito limitado a um curso superior;

2- a possibilidade de atuar diretamente como professor, considerando minha locação no Departamento de Ciências de Educação da UFSJ;

3- promover uma ampliação de mais uma licenciatura na modalidade a distância na UFSJ;

4- abrir espaços de discussão sobre EaD na instituição, considerando ser esta uma modalidade nova no âmbito das instituições federais de ensino superior;

5- contribuir na estruturação administrativa da EaD na UFSJ e, havendo mais um curso nesta modalidade, seria criada uma inércia maior no sentido da organização geral do sistema na instituição;”

E, enquanto coordenador do curso, ele ainda pontua que sempre procurou atuar da seguinte maneira:

“1- na organização geral do curso no aspecto administrativo interno com relação ao NEAD e nas relações com os diversos setores da UFSJ;

2- na organização das diversas ações intrínsecas ao curso com relação: ao material produzido; acompanhamento de alunos, tutores e professores; estágio regulamentar;”

A entrevistada 5, inseriu-se no curso por meio de um processo seletivo, composto por avaliação/prova e análise de currículo. Logo após sua aprovação nessa seleção foi oferecido pela universidade/NEAD uma capacitação presencial nos espaços da Universidade e, posteriormente, o curso teve continuação na plataforma *moodle*, a mesma plataforma que os alunos teriam acesso.

Com a entrevistada 6, relatou ter se inserido no curso por meio de processo seletivo (avaliação escrita) e por análise de currículo no ano de 2011. Desde então, faz parte da equipe do curso.

Verifica-se, dessa forma, que a inserção de todos os entrevistados nas atividades administrativas ou pedagógicas do curso se deu de forma legítima, uma vez que os mesmos ingressaram nas respectivas funções via concurso público para professor efetivo na instituição, no caso dos docentes, ou via outros tipos de processo seletivo, como se deu com as funções de tutoria.

4.4.1.1.2 Questão 2

Com relação a indagação sobre qual a sua percepção sobre as tensões ocorridas na implantação deste curso, os entrevistados apontaram o seguinte:

Para a entrevistada 1, a principal tensão na implantação do curso partiu, com certeza, e sobretudo, dentro do próprio departamento com os colegas que não acreditam no projeto da EaD. Desta forma, não puderam contar com vários professores, tendo que fazer o convite a professores de outros departamentos para compor o corpo docente do curso. Posteriormente, passaram pela tensão de selecionar e capacitar os tutores dentro das normas exigidas pela CAPES. O curso de Pedagogia foi a primeira graduação implantada na UFSJ e tiveram dúvidas com relação ao formato das disciplinas e sua produção, bem como a forma de avaliação dos alunos.

Para a entrevistada 2, a resposta a essa questão, a seu ver, “está diretamente ligada à questão que trata da Política de expansão do Ensino Superior Brasileiro. Acredita que a democratização do ensino superior, central na política do governo Lula, equivocadamente centrou-se na expansão quantitativa do ensino a distância. Entretanto, o ensino a distância, embora necessário para aqueles que não têm acesso aos cursos presenciais, não substitui a vivência universitária, que pressupõe a participação dos alunos, direta ou indiretamente, em eventos, cursos, projetos e pesquisas que acontecem no espaço da universidade. Embora, possa trazer inclusive inovações para o campo do ensino, a educação a distância, dificulta a participação efetiva de seus alunos nas atividades de extensão e pesquisa. O avanço quantitativo do curso, com números estrondosos de polos e alunos, dificultou ainda mais a criação de mecanismos inovadores que pudessem minimizar esse problema. Por isso, na minha perspectiva, a expansão qualitativa de alunos no curso superior, via educação a distância, não colaborou em processos de melhoria qualitativa desses cursos, que ficam sempre aquém dos cursos presenciais”.

Ainda para a entrevistada 2, as tensões na UFSJ ocorreram, principalmente, porque havia apenas dois polos de tensão: um, no qual os professores eram radicalmente contrários aos cursos a distância e, outro, no

qual os professores eram acriticamente a favor dos cursos a distância. Assim, essa polarização dificultou a implementação do curso de forma gradual e refletida, de forma que prevaleceu uma perspectiva de grande expansão qualitativa sem a necessária crítica a seus processos de perda da vivência universitária e de precarização do trabalho de professores e tutores.

Além disso, a entrevistada 2 fala que não foi respeitada uma decisão que unificou de alguma forma os dois polos, segundo a qual o curso seria prioritariamente para professores da educação básica em efetivo exercício.

Quando é feita a mesma pergunta a entrevistada 3, a mesma aponta como tensões: o atraso significativo na implantação do curso, tendo em vista a demora no término da elaboração do Projeto Pedagógico, na tramitação do mesmo para aprovação nos conselhos universitários e na liberação de recursos por parte UAB/Capes. Além disso, houve dificuldade quanto à agenda de reuniões da Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico nomeada, no que diz respeito à participação de todos os membros.

Já o entrevistado 4, fala que no aspecto geral, as tensões ocorreram/ocorrem devido a uma causa mais ampla relacionada a uma implantação um tanto açodada da modalidade a distância no sistema federal de ensino. Certamente que as instituições poderiam ter recusado entrar num processo que ocorreu sem muitas discussões, o que aconteceu na maioria das instituições, mas, assim como o processo do REUNI e outros, era “pegar ou largar” e em não participando dos programas poderia amargar, futuramente, as pressões internas e externas causadas por uma recusa. Esse açodamento gerou tensões em diversos níveis do processo, o que também não ocasionou, na mesma proporção, uma discussão necessária para adequar e organizar as diversas instâncias da instituição.

As tensões ocorreram em diversos níveis:

a) nos diversos setores da instituição que são demandados direta ou indiretamente por um curso que se tornou, em apenas dois processos seletivos, um dos maiores cursos da UFSJ em quantidade de alunos. Estes setores são, principalmente, a divisão de acompanhamento estudantil, os departamentos que disponibilizaram professores para trabalhar na pedagogia,

prefeitura de campus dentre outros. Alguns aspectos legais gerados por incompreensões e desconhecimentos de normas e leis relacionadas às ações de EaD também geraram muitas tensões. Entre estas, está a dificuldade da instituição em liberar tutores para realização de viagens aos polos que, depois de muita insistência enquanto coordenador do curso, foi reconhecido a viabilidade.

b) com relação aos professores da instituição como um todo que se sentiram desinformados, o que gerou dúvidas e incertezas principalmente nos conselhos da UFSJ, onde são discutidos e votados as ações relacionadas a EaD.

c) no nível administrativo da universidade não houve interesse em conduzir institucionalmente um processo de acolhimento e inclusão de uma nova modalidade de ensino. Modalidade esta que foi aceita nos conselhos superiores, mas que não conduziu a um processo de inserção, não obstante, no plano institucional haver extensas proporções relacionadas à EaD, proporções estas que tivemos a preocupação de fazer constar no PPI, quando estávamos na coordenação do NEAD.

d) no departamento responsável pelo curso, DECED, que sempre esteve dividido quanto a oferta do curso de pedagogia, seja pelo desconhecimento da modalidade de ensino a distância, seja por questões políticas no sentido de não apoiar ações da administração da UFSJ na época. Outra questão muito grave é a postura irresponsável de professores que foram concursados para atuar na EaD e se recusam ou põe dificuldade para assumir disciplinas ou outras responsabilidades dentro do curso.

e) um aspecto que sempre gerou tensões foi aquele relacionado ao repasse financeiro da Capes. Por não ser uma ação institucionalizada, ou seja, a educação a distância no Brasil e mais especificamente a UAB se constituem como um grande projeto, ou seja, é uma política de governo e não de estado. Este fato associado às incertezas e novidades de uma nova modalidade no ensino superior público, gerou instabilidades e tensões durante os processos de implantação e manutenção das ações. Entre os problemas estão: baixos valores das bolsas em todos os níveis; não reconhecimento do tutor como um profissional educador; não repasse em tempo hábil de recursos para viagens de professores e coordenadores etc.

f) uma questão que gerou muita polêmica foi a concessão de bolsas para professores e coordenadores que assumiram alguma função no curso. Esta questão, na verdade, esteve presente em todas as ações da EaD. A bolsa em si não é problema, pois diversos setores governamentais pagam bolsas de diversos tipos a professores. O problema é que muitos professores e coordenadores, em diversos níveis realmente se envolviam apenas para receber e não tinham/tem comprometimento com os processos, reuniões, viagens etc. A questão das bolsas foi sendo amenizada à medida que outros programas do governo como o PIBID, Cursos de Alfabetização, PRONATEC, também começaram a conceder bolsas, sem mencionar, é claro, o próprio CNPq que já paga bolsas há muito tempo.

A entrevistada 5 acredita que a maior tensão se deu pela distância entre a Universidade e o polo, onde todas as indagações são feitas on line ou por telefone, o que dificulta ou dificultou na implantação, e que o núcleo (NEAD) não disponibiliza na plataforma um espaço para que os alunos se sintam mais próximos para reclamarem, reivindicarem.

Para a entrevistada 6, de modo geral, não houve tensões e sua visão foi enfrentar desafios. Particularmente, para o entrevistado 6, não houve dificuldades, por já ter trabalhado em outros cursos a distância. Inicialmente, suas dificuldades foram por parte de alguns alunos que ainda não haviam se adaptado na realização das atividades da plataforma, acha que pode ter sido devido a um pouco de insegurança, mas que foi amenizado ao longo do curso.

Diante das respostas dadas, verifica-se que no momento de implantação do curso, muitas dificuldades e tensões foram encontradas, particularmente, pelas defesas contrárias à implementação do ensino a distância na instituição, por parte de uma representação de professores.

4.4.1.1.3 Questão 3

Com relação às adequações institucionais que foram necessárias para a implementação deste curso, tivemos as seguintes respostas:

Uma das adequações fundamentais para a entrevistada 1, foi com relação ao procedimento de implementação, pois a entrada dos alunos foi feita pela Plataforma Freire, mas, em alguns polos, houve a perspectiva da demanda social. Coloca que o próprio sistema de registro dos alunos junto à Divisão de Acompanhamento Estudantil é um processo que vem se estendendo até hoje como matrícula, correspondência de disciplinas, transferências, etc.

Para a entrevistada 2, talvez esse seja um grande problema, não houve, em sua percepção, adequações institucionais efetivas. O curso a distância se mantém como um apêndice e não como outra modalidade. Assim, os professores atuam na educação a distância por meio de bolsas de incentivo e não podem atrelar seu trabalho nessa modalidade ao já desenvolvido nos cursos presenciais.

A entrevistada 3 diz ser a Contratação de novos professores pelo Departamento de Ciências da Educação; nomeação prévia de uma coordenadora de curso e de uma coordenadora de tutoria; anuência de outros departamentos para atuação de professores no curso; relato e aprovação do PPC do curso nos devidos conselhos da instituição; contratação de novos técnicos administrativos e técnicos em informática e licitação de empresas para prestação de serviços diversos (transporte, vídeoaulas, gráfica).

Para o entrevistado 4, para dar andamento ao curso, as adequações necessárias eram: no setor de acompanhamento estudantil que teve que adequar suas ações quanto aos registros acadêmicos e quanto a matrícula, pois os alunos estão longe da instituição e mesmo num sistema on line a desinformação pode comprometer o processo. Na Pró-reitoria de Graduação, que precisou se adequar, pois a pedagogia foi um curso que tinha/tem um número grande de professores como em qualquer outro curso, o que em si já é uma questão relevante, mas, principalmente, tem um número de estudantes que superava em muito a maioria dos cursos da UFSJ. No DECED houve a necessidade de disponibilizar e acatar as demandas por professores, colocando em reuniões departamentais as questões de distribuição de

disciplinas, assim como outras questões como a dos professores que são vaga EaD e que se recusaram/recusam a participar do curso.

Algumas adequações que dependiam quase exclusivamente daqueles envolvidos diretamente com o curso foram melhor resolvidas, como, por exemplo, a criação da coordenação de estágios, a produção de materiais, a capacitação de tutores e professores, a mobilidade estudantil e a criação do colegiado.

O NEAD também teve que se adequar ao curso de pedagogia devido, principalmente, ao grande número de alunos do curso. Este fator tem consequências imediatas no atendimento por telefone e on line do corpo discente, emissão de declarações, aspectos burocráticos relacionados ao estágio e outros.

A entrevistada 5 acredita que seja a capacitação dos tutores e professores para a nova modalidade, bem como construir o material de apoio para os alunos (apostilas).

Por fim, a entrevistada 6 coloca que as adequações institucionais necessárias se basearam na adequação do Projeto Político Pedagógico do curso, nas visitas aos polos e nas reuniões com coordenadores, tutores, alunos e professores.

Por meio das respostas dadas, observa-se que algumas iniciativas e medidas foram fundamentais para a continuidade e manutenção das atividades propostas que garantiram o oferecimento do curso. Entre elas estão, principalmente, uma efetiva capacitação de alunos e profissionais na Plataforma *Moodle*, uma produção criteriosa de material didático, inclusive as videoaulas, e a contratação de técnicos e professores que reforçaram o quadro de profissionais já existentes.

4.4.1.1.4 Questão 4

Com relação a forma como eles veem o curso de Pedagogia no contexto da Política de Expansão do Ensino Superior brasileiro, tivemos:

A entrevistada 1 diz que em seu entendimento, o curso de Pedagogia é fundamental para a expansão do ensino superior, pois, de fato, atende professores e futuros professores que de outra forma não teriam como vislumbrar a perspectiva do ensino superior. “Tive oportunidade de conhecer cidades e, conseqüentemente, pessoas que vivem no meio rural, cidades carentes, pessoas trabalhadoras que se sentiram cidadãos de fato e de direito pois esta oportunidade lhes foi dada”.

O argumento usado por muitos pesquisadores institucionais de que o ensino a distância veio substituir o presencial caiu por terra, pois são públicos diferentes, com tempos e espaços distintos.

A entrevistada 2 coloca que além da expansão qualitativa desordenada dos cursos a distância, colocada anteriormente, que parece ter sido freada no governo Dilma, a precarização do trabalho de professores e tutores é o maior problema.

O trabalho dos professores na educação a distância não é computado em sua carga horária de trabalho na universidade como um todo. Isso faz com que o trabalho nessa modalidade seja opcional e não obrigatório. A instituição não pode obrigar um funcionário a trabalhar além de sua carga horária, o que ultrapassaria e deturparia o regime de dedicação exclusiva a que são submetidos. Além disso, várias outras atividades já são desenvolvidas por meio de bolsas. Se um professor não pode ter mais de uma bolsa, ele tem que optar por uma das atividades ou realizar um trabalho extra sem remuneração, o que contraria a legislação trabalhista.

Já os tutores, sem vínculo de trabalho efetivo com as universidades, trabalham nas margens da legislação trabalhista, sem registro institucional de seu trabalho e, conseqüentemente, sem férias, sem possibilidades de licenças médicas, incluindo licença maternidade; sem as condições efetivas para a realização de um trabalho, que envolveria computadores, internet e custeamento de viagens para formação geralmente realizada nas sedes, bem

como para o acompanhamento sistemático do trabalho dos alunos nos polos. Essas condições são arcadas pelos próprios tutores com suas míseras bolsas e, muitas vezes, complementadas com os poucos salários de professor em outras redes de ensino. Sem dúvida, esse fato, acarreta uma intensificação maior do trabalho de professores, com um aumento efetivo da carga horária de trabalho, exaustivamente criticada como um grande problema em relação à dedicação e desgaste que envolve o trabalho educativo, o que compromete, sem dúvida, a qualidade do mesmo.

A oferta do curso representa um aumento significativo no número de vagas na instituição, segundo a entrevistada 3, tendo em vista que possibilitou, o acesso de, aproximadamente, 1500 alunos a um curso superior, atendendo, assim, demandas que justificam a expansão universitária previstas nas recentes políticas públicas educacionais.

O entrevistado 4 fala que “mesmo questionando o formato nacional dos cursos de pedagogia, no que diz respeito ao seu currículo; o perfil do egresso que coloca em um curso de 4 anos a formação para gestão e docência; o curso apresentar-se como um curso generalista sem um foco na formação; as questões relacionadas à sua própria identidade; eu acredito que o curso de pedagogia cumpre um importante papel de inserir na Escola Básica um profissional que, mesmo com suas carências, que também são as mesmas ou até maiores nas outras licenciaturas, tem condições, pelo menos teóricas, de promover discussões e até mudanças no seu âmbito de trabalho. Considerando a expansão do ensino superior e a expansão da pedagogia em particular, percebemos a grande importância da modalidade a distância como mecanismo de atingir pessoas que têm a oportunidade de fazer um curso superior em uma instituição pública. O curso de pedagogia em particular permite a formação de professores para atuar na educação infantil e anos iniciais, o que garante a muitos municípios a certeza de poder oferecer este nível de ensino. Além disso, o curso de pedagogia permitiu a formação superior para professores que já atuavam na escola básica mas ainda não tinham formação superior”.

Para a entrevistada 5, primeiramente, a palavra seria “necessidade”, uma vez que há ainda um grande quantitativo de professores que não possuem

habilitação e, em segundo, para dar um respaldo teórico a esse grupo de professores e demais pessoas de classes desfavorecidas que não possuíam curso superior.

Já a entrevistada 6, em sua visão, o curso de Pedagogia é uma excelente oportunidade para aqueles que trabalham ou não tiveram a oportunidade de estudar na época certa. No contexto nacional é uma ótima forma de democratização do ensino.

A relação da educação a distância com a política de expansão do ensino superior é reconhecida nos depoimentos, que destacam a relevância dessa modalidade de ensino para o alcance de uma maior formação dos profissionais que a ela recorrem, ainda que algumas dificuldades precisem ser sanadas.

4.4.1.1.5 Questão 5

No que se refere as limitações e facilidades em relação ao desenvolvimento do curso, os entrevistados apontaram que:

Para a entrevistada 1, as principais limitações vieram com o tempo. À medida que a universidade e o departamento foram contemplados com vagas EaD para docentes e os mesmos “usam” a entrada, mas não assumem suas funções na EaD. A constante burocracia com relação à documentação dos alunos e, ainda, infelizmente, com a resistência ao projeto EaD.

Para ela um dos pontos que também corrobora para a limitação do trabalho é a baixa remuneração dos tutores que exercem o papel fundamental de mediar o conhecimento.

Com relação às facilidades, afirma que, também com o tempo, vieram a organização curricular, os materiais produzidos pelos professores, a interação dialógica entre os tutores e alunos, o processo de construção do conhecimento autônomo dos alunos.

A entrevistada 2, de uma forma geral, acredita que os cursos a distância deveriam ser realizados estritamente em locais onde não há possibilidade de

acesso às universidades federais ou, para profissionais, como professores em efetivo exercício, que não tiveram acesso ao curso de graduação e não têm como conseguir licença do trabalho para realizá-lo.

Mas, em relação ao curso de Pedagogia da UFSJ, afirma que os limites podem ser minimizados com a efetiva junção das duas modalidades de ensino, presencial e a distância, num mesmo curso, o que envolveria aumento do número de professores que teriam que assumir as disciplinas e outras atividades do curso, como orientação de TCC, por exemplo, computadas em sua carga horária de trabalho geral.

Para a mesma, uma das limitações, que precisaria de muita reflexão e organização, refere-se, justamente, às orientações de Trabalho de Conclusão de Curso, que exigirão, na mesma época, um grande número de profissionais para atender a todos os alunos. Esse também é um problema do curso presencial, minimizado por trabalhos realizados por grupos de alunos. Se essa já não é uma boa solução nos cursos presenciais por uma série de questões, essa possibilidade ainda é mais complicada para alunos que não se encontram presencialmente no mesmo espaço.

Quanto às limitações, a entrevistada 3 afirmou que o número de docentes envolvidos na EaD ainda é insuficiente para tantas iniciativas e projetos pedagógicos, tendo em vista que os docentes atuantes nesta modalidade de ensino têm assumido uma carga excessiva de atividades, devido à necessidade de atuarem nas duas modalidades.

A entrevistada alegou como dificultador a carga horária limitada para capacitação do corpo de tutores, pois uma boa preparação é fundamental para uma boa atuação. Afirma, também, que é notório o distanciamento da modalidade a distância para a modalidade presencial e que fica bastante complicado o acompanhamento de Estágio *in loco*.

Já em relação às facilidades apontou, primeiramente, a qualificação do corpo docente da instituição, que é composto, na sua grande maioria, por professores mestres e doutores, levando em consideração que o NEAD possui excelente estrutura pedagógica e tecnológica.

Destacou que a grande experiência da instituição em EaD torna-se um facilitador para o desenvolvimento de propostas atuais e futuras.

Um bom relacionamento com os Polos de Apoio Presencial, na opinião da entrevistada, representa um elemento que facilita a oferta dos cursos, destacando, como elemento principal e de maior importância no curso, as decisões colegiadas.

O entrevistado 4 aponta a falta de professores concursados e que atuem exclusivamente na EaD; outro ponto é o local adequado para a coordenação do curso; discussões na instituição e no DECED sobre a EaD; também fala incompreensão de professores e dirigentes da UFSJ sobre os processos que envolvem a EaD; falta de posturas mais firmes dos dirigentes da UFSJ quanto às necessidades de um curso a distância; dirigentes da EaD que não têm envolvimento, compromisso e conhecimento com esta modalidade e com o curso de pedagogia; bolsas com baixos valores.

Sobre as facilidades aponta, não exatamente como facilidade, mas como algo significativo, o envolvimento de pessoas que não pertencem ao quadro da UFSJ, mas que têm uma grande competência administrativa e profissional e que estão atuando dentro do curso de pedagogia em ações fundamentais para o desenvolvimento do mesmo. Cabe ressaltar que as funções desempenhadas por estas pessoas não são funções do quadro da carreira das instituições e que por isso podem receber bolsas previstas dentro do quadro de funções da UAB/CAPES.

Um aspecto importante que ele coloca não como facilitador, mas como algo que tem importância no desenvolvimento do curso, é a posição dos conselhos superiores. Quando bem conduzidos os processos nestas instâncias têm sido favoráveis para EaD e, conseqüentemente, para a Pedagogia.

A entrevistada 5 apresenta como dificuldades as limitações dos acadêmicos no acesso à plataforma, a falta de material impresso anteriormente, à oferta das unidades curriculares e o acesso à coordenação do curso.

Quanto às dificuldades, aponta que à medida que os alunos e os tutores aprendem a lidar com as “inovações” da EaD tudo se torna mais fácil, o diálogo

com os alunos por este instrumento (a plataforma) flui, abre-se horizontes, a aprendizagem é perceptível, os acadêmicos demonstram sua evolução mudando realmente os paradigmas, avançando no conhecimento e na descoberta do Educar...

A entrevistada 6 diz não ver nenhuma limitação, mas sim a necessidade de pequenos ajustes pela instituição.

Salienta que após três anos e meio no curso, pode-se dizer que a instituição está preparada para ofertar novos cursos e se sente pronta para enfrentar novos desafios e coordenar, como tutora e professora, novos cursos de EaD. Ainda coloca que a experiência adquirida no curso de Pedagogia a distância, oportunizou seu crescimento profissional e pessoal, além de ampliar laços de amizade, conhecimento de novos alunos e a realidade de outras regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização desse estudo foi possível um levantamento de aspectos que vêm influenciando a política de expansão para o ensino superior no Brasil, além de ter permitido a constatação de que a Educação a Distância, nas suas mais diversas variáveis muito tem contribuído para a concretização dessa política.

Ao final desse trabalho, verifica-se que foi possível levantar e analisar dados a partir dos objetivos específicos propostos, o que permitiu o alcance do objetivo geral da pesquisa que era detectar e analisar as tensões e adequações na implantação do curso de Pedagogia a distância da UFSJ, sobretudo, na perspectiva de uma política de expansão para o ensino superior no Brasil.

Quanto ao primeiro objetivo específico, que previa a descrição das fases da implantação do curso de Pedagogia a Distância da UFSJ, afirma-se que o mesmo foi contemplado a partir da análise das percepções dos diversos atores do processo como coordenadores, professores e tutores, o que levou a um mapeamento dos elementos constitutivos da implantação e implementação desse curso, permitindo uma visão mais ampla das facilidades e dificuldades encontradas no desenvolvimento, em geral, da educação a distância na UFSJ.

Quanto ao segundo objetivo específico de analisar as tensões e adequações institucionais para a implantação do curso, destaca-se que entre as dificuldades encontradas, naquele momento, estava a resistência inicial da própria academia em respaldar essa modalidade de ensino e o preconceito, que permeou toda a sistemática de implantação, ainda que em menor escala no momento atual.

Além disso, constatou-se também que a organização curricular e a necessidade de preparação, imediata, de recursos humanos representaram problemas no momento da oferta inicial do curso de Pedagogia.

No que tange às facilidades para o desenvolvimento do curso e da educação a distância como um todo na instituição, verificou-se que a boa qualidade da produção do material didático utilizado nas unidades curriculares foi fundamental para a consolidação da oferta e da sua aceitação nos espaços acadêmicos, bem como o preparo e o envolvimento do pessoal técnico e da equipe pedagógica.

Já em relação ao terceiro objetivo, que buscava identificar elementos da política de expansão na implementação do curso de Pedagogia a distância da UFSJ, tem a se dizer que o curso de Pedagogia a distância, objeto dessa investigação, configurou-se como um reforçador da política nacional de expansão para o ensino superior, ainda que a sua implantação tenha se dado num contexto de dúvidas, certezas, tensões e adequações tanto institucionais como do próprio Ministério da Educação, representado aqui pela Universidade Aberta do Brasil-UAB.

Sobre avaliar os resultados obtidos no curso em relação ao acesso e permanência dos alunos que configurava-se como um quarto objetivo específico dessa investigação, pode-se concluir que o foco no ensino a distância desenvolvido pela UFSJ e, em particular no curso de Pedagogia, comprovou que essa modalidade de ensino acaba por facilitar não só o acesso, mas também a permanência de muitos estudantes em um curso de nível superior, o que se dá, principalmente, pela facilidade de arranjos nos tempos e espaços escolares.

Uma afirmação sobre a importância da educação a distância enquanto instrumento para a promoção e qualificação dos professores em exercício na educação básica foi unânime, tendo em vista que a maioria deles jamais teria a oportunidade de acesso e permanência em um curso superior se não fosse pela via da EaD.

O quinto e último objetivo específico, que apontava para uma análise das características sócioeconômicas e geográficas dos alunos do curso de pedagogia frente a proposta da política de expansão, foi contemplado na medida em que o curso buscou atender um perfil de aluno previsto na políticas para formação de professores, oferecendo o curso como primeira licenciatura,

prioritariamente, para professores em exercício na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, mapeando estrategicamente polos de apoio presenciais localizados nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Diante de todas as análises feitas no estudo, ainda é importante ressaltar que questões voltadas para a institucionalização do ensino a distância na UFSJ, como a equiparação da carga horária dos professores com a modalidade presencial, a representação nos Conselhos Universitários e o aumento de vagas docentes para reforçar o quadro de profissionais que se envolvem com projetos nessa modalidade, também foram bastante recorrentes e têm sido temática de debates nos espaços educacionais internos e externos.

Outra conclusão, bastante evidente, foi em relação ao fato da necessidade de aproximação cada vez maior das modalidades de ensino presencial e a distância, pois as práticas exitosas em uma delas muito poderiam representar em avanço para a outra.

Além disso, sabe-se que de modo geral, os profissionais envolvidos na oferta dos cursos a distância, coordenadores, docentes e tutores são advindos do ensino presencial, possuindo, na maioria das vezes, larga experiência nessa modalidade.

Assim sendo, torna-se necessária uma aproximação, cada vez maior, entre as modalidades de ensino presencial e a distância na tentativa de minimizar problemas constitutivos do sistema educacional brasileiro, em particular no segmento do ensino superior.

Os dados levantados e as conclusões tiradas nesse trabalho, porém, podem se repetir em outro curso ou em outra instituição pública qualquer, tendo em vista que o contexto atual de ofertas da EaD é bastante similar nas instituições federais de ensino.

No entanto, a investigação sobre o alcance da EaD enquanto uma política pública para expansão do ensino superior e as questões que envolveram a oferta de um curso de Pedagogia a distância, via Universidade Aberta do Brasil na UFSJ, não se iniciou e nem se esgota nesta pesquisa,

tendo em vista que muitas variáveis que envolvem essas temáticas precisam ainda ser investigadas e analisadas.

A proposição de novos estudos ou mesmo o aprofundamento daqueles que já foram realizados podem representar uma grande contribuição à consolidação de políticas públicas educacionais desse país.

6. REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. A expansão do ensino Superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educ. Soc.*, vol. 31, nº 113, p.1319 – 1335, Dez. 2010.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 2011.

ANDRADE, Maria José Netto; GUIMARÃES, Betânia Maria Monteiro; DAMIANO, Gilberto Aparecido. *Metodologia de Pesquisa em Educação*. São João del Rei, MG: UFSJ, 2012.

ANDRÉ, Marli. E.D.A. A Pesquisa no Cotidiano Escolar. In Ivani Fazenda (Org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 1991.

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a distância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012 (Coleção educação contemporânea).

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9394 de 20 de dezembro de 1996.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 2003.

Diagnóstico Socioterritorial. Relatórios de Informações Sociais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em:

<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: out. 2013.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. Educ. Soc. vol.31, nº 113, p.1223 – 1245, Dez. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Documentos: Ensino Superior, Globalização e Democratização: Qual Universidade? Revista Brasileira de Educação, 2005

FREIRE, Djenani Luisa. CONSÓRCIO CEDERJ: as fragilidades de duas dimensões da organização. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. Revista Educação e Sociedade, 2007.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. Revista Brasileira de Educação, 2008.

GIOLO, Jaime. A EaD e a formação de professores. ANPED 2008, eixo 11- Política de Educação Superior.

HICKEL, Melita. Educação a distância (EAD): a realidade brasileira e as contribuições de Otto Peters. Tese doutorado – EST/TEOLOGIA, Programa de Pós-graduação da CAPES, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Sinopse por Setores. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>
Acesso em out. 2013.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, Atlas, 2008.

LEHER, Roberto. 25 Anos de Educação Pública: notas para um balanço do período. In: Trabalho, Educação e Saúde – 25 anos de Formação Politécnica no SUS: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2010.

LEHER, Roberto. Educação no governo de Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010.1 Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, Paulo Gomes. Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século XXI: alguns cenários e leituras. Avaliação (Campinas), vol.18, nº 1, p. 85 – 105, Mar.2013.

LOPES, Ruth G Gonçalves de Faria Lopes; LISNIOWSKEI, Simone Aparecida; JESUS, Girlene Ribeiro de. Políticas Públicas de educação superior a distância: um estudo preliminar das causas de evasão em curso de pedagogia a distância no âmbito do sistema UAB. ANPED, 2012, eixo 11 – Políticas de Educação Superior.

MAUÉS, Olgaíses; SOUZA, Michelle Borges de. A expansão da educação superior no Brasil e as políticas de formação de professores. ANPED, 2013, eixo 11 – Política de Educação Superior.

MORAES, Reginaldo C. Políticas públicas para o ensino superior e a pesquisa: a necessária diversidade institucional. Educ. Soc. Vol.31, nº 113, p.1213 – 1222, Dez.2010.

MORAN, José Manoel. **Novos caminhos do ensino a distância.** www.eca.usp.br/prof/moran/textosead.htm> Acesso em 30 de julho de 2013.

MOTTA, Elias O. Educação a distância. http://www.fe.unb.br/catedra/bibliovirtual/ead/educacao_a_distancia_texto_da_l_db.htm> Acesso em: 29 jun. 2013.

Municípios de Minas Gerais. Assembleia legislativa de Minas Gerais. Disponível em: <
http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html>. Acesso em out. 2013.

NEDER, M. L. C. A formação do professor a distância: diversidade como base conceitual. Cuiabá: UFMT, 1999.

NEVES, José Luís. Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. Caderno de Pesquisa em Administração, São Paulo, V.1, Nº 3, 1996. http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf> Acesso em 22 abril 2014.

OLIVEIRA, Daniela Motta de. Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil. ANPED, 2009, eixo 11 – Política de Educação Superior.

PRETI, Oreste (org.) Educação a Distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 1996.

PRETI, Oreste. Educação a distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In:____. Educação a distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 1996.

Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia a Distância UFSJ. <http://grad.nead.ufsj.edu.br/pedag/site/index.php?secao=projeto>> Acesso em: novembro 2013.

ROCHA, Marise Maria Santada da; CAMPOS, ALINE Ferreira. Fundamentos da Educação a Distância. São João del- Rei, MG: UFSJ, 2011.

ROCHA, Marise Maria Santada da; MOREIRA, Carolina Mercês Rocha. Tecnologia e Expansão do Ensino Superior: a experiência do NEAD/UFSJ. In: Educação e tecnologia: PARCERIAS 2.0, 1º edição, Rio de Janeiro, Editora Universidade Estácio de Sá, 2013.

ROQUE, Gianna Oliveira Bogossian. Uma proposta de avaliação da qualidade da educação superior a distância. Tese (doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia, Programa de Engenharia de Produção, 2012.

SANTOS, Catarina de Almeida. A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância. Tese de doutorado. São Paulo, 2008.

SALVUCCI, Mara. Educação a Distância no Brasil: Fundamentos legais e implementação. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, 2012.

SARAIVA, Luciana Martins. Tensões que afetam os espaços de educação a distância. Revista Ensaio, 2006.

SEGENREICH, Stella Cecília. Expansão, privatização e diferenciação da Educação Superior no Brasil pós-LDBEN/96: evidências e tendências. Revista Ensaio, 2009.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. Desvelando e explorando brechas das políticas públicas em relação à inserção da EAD no ensino Superior. ANPED, 2009, eixo 11 – Política de Educação Superior.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. EAD no Sistema de Educação Superior: questões para a agenda 2011-2020. ANPED, 2011, eixo 11 – Política de Educação Superior.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, 4. Ed.

SOUZA, Raquel Aparecida; MORAES, Raquel de Almeida. Políticas públicas de formação por meio da Educação a Distância: o Proformação e o Progestão. ANPED, 2013, eixo 5 – Estado e Política Educacional.

Tendências de Educação Superior para o Século XXI/UNESCO/ Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras: tradução de Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves, Brasília: UNESCO/CRUB, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Atlas, 1989.

<http://www.ufsj.edu.br/dplag/historico.php>> Acesso em: 21 abril 2014

<http://bancodeteses.capes.gov.br>, último acesso em maio 2015

http://www.ufsj.edu.br/dplag/plano_de_desenvolvimento.php

ANEXOS

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. (*)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “e” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 5/2005, incluindo a emenda retificativa constante do Parecer CNE/CP nº 3/2006, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, conforme despachos publicados no DOU de 15 de maio de 2006 e no DOU de 11 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

§ 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização,

democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com

vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental- ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

Art. 6º A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e não-escolares;

c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;

e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;

f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;

h) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente;

i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física;

j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional;

II - um **núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos** voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos e gerenciais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras;

III - um **núcleo de estudos integradores** que proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;

b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) atividades de comunicação e expressão cultural.

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Art. 8º Nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

I - disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação;

II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos;

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas;

IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;

b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;

c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;

d) na Educação de Jovens e Adultos;

e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;

f) em reuniões de formação pedagógica.

Art. 9º Os cursos a serem criados em instituições de educação superior, com ou sem autonomia universitária e que visem à Licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, deverão ser estruturados com base nesta Resolução.

Art. 10. As habilitações em cursos de Pedagogia atualmente existentes entrarão em regime de extinção, a partir do período letivo seguinte à publicação desta Resolução.

Art. 11. As instituições de educação superior que mantêm cursos autorizados como Normal Superior e que pretenderem a transformação em curso de Pedagogia e as instituições que já oferecem cursos de Pedagogia deverão elaborar novo projeto pedagógico, obedecendo ao contido nesta Resolução.

§ 1º O novo projeto pedagógico deverá ser protocolado no órgão competente do respectivo sistema ensino, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação desta Resolução.

§ 2º O novo projeto pedagógico alcançará todos os alunos que iniciarem seu curso a partir do processo seletivo seguinte ao período letivo em que for implantado.

§ 3º As instituições poderão optar por introduzir alterações decorrentes do novo projeto pedagógico para as turmas em andamento, respeitando-se o interesse e direitos dos alunos matriculados.

§ 4º As instituições poderão optar por manter inalterado seu projeto pedagógico para as turmas em andamento, mantendo-se todas as características correspondentes ao estabelecido.

Art. 12. Concluintes do curso de Pedagogia ou Normal Superior que, no regime das normas anteriores a esta Resolução, tenham cursado uma das habilitações, a saber, Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental, e que pretendam complementar seus estudos na área não cursada poderão fazê-lo.

§ 1º Os licenciados deverão procurar preferencialmente a instituição na qual cursaram sua primeira formação.

§ 2º As instituições que vierem a receber alunos na situação prevista neste artigo serão responsáveis pela análise da vida escolar dos interessados e pelo estabelecimento dos planos de estudos complementares, que abrangerão, no mínimo, 400 horas.

Art. 13. A implantação e a execução destas diretrizes curriculares deverão ser sistematicamente acompanhadas e avaliadas pelos órgãos competentes.

Art. 14. A Licenciatura em Pedagogia, nos termos dos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006 e desta Resolução, assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96.

§ 1º Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados.

§ 2º Os cursos de pós-graduação indicados no § 1º deste artigo poderão ser complementarmente disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.394/96.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução CFE nº 2, de 12 de maio de 1969, e demais disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

Presidente do Conselho Nacional de Educação

(*) Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**ENTREVISTA DE DISSERTAÇÃO: Carolina Mercês Rocha
Moreira**

**TÍTULO: A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA A
DISTÂNCIA NA UFSJ: UMA EXPERIÊNCIA DE EXPANSÃO NO
ENSINO SUPERIOR**

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. Qual e como se deu a sua inserção no curso de Pedagogia do NEAD/UFSJ?
2. Qual a sua percepção sobre as tensões ocorridas na implantação deste curso?
3. Quais adequações institucionais foram necessárias para a implementação deste curso?
4. Como você vê o curso de Pedagogia no contexto da Política de Expansão do Ensino Superior brasileiro?
5. Que limitações e facilidades você apontaria em relação ao desenvolvimento do curso?